

Clássicos Liberais  
Entendendo o processo de mudança econômica



www.institutoliberal.org.br

# banco de idéias

Ano XII - nº 46 - Mar/Abr/Mai - 2009 - R\$ 12,00

## Notas

Reforma Tributária

Desastre natural: liberdade ou proteção? Uma reflexão sobre o papel do Estado

O Sistema de Cotas

# Obama e o Brasil: alguma mudança?

# Os grandes vencedores



## 1º lugar



**Elisa Lucena Martins**  
Natural de Porto Alegre - RS  
Estudante de Economia da  
Universidade Federal de Santa  
Maria, no Rio Grande do Sul.

## 2º lugar



**Miguel Augusto  
Marçano Galdino**  
Natural de Brasília - DF  
Estudante de Direito da  
Universidade de Brasília

## 3º lugar



**Thaís de Oliveira Queiroz**  
Natural de Uberaba - MG  
Estudante de Relações  
Internacionais da  
Universidade de Brasília.

**Vem aí o VII Prêmio Donald Stewart. Aguarde!**

# Índice

## DESTAQUE

### 5



**DESASTRE NATURAL: LIBERDADE OU PROTEÇÃO?**  
UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO ESTADO  
*José L. Carvalho*

## MATÉRIA DE CAPA

### 15



**OBAMA E O BRASIL: ALGUMA MUDANÇA?**  
*Marcus Vinícius Freitas*

## SOCIEDADE

### 23



**O SISTEMA DE COTAS**  
*João Luiz Mauad*

## ESPECIAL

### 14



**O BOM, O MAU E O FEIO**  
*Uma visão liberal do fato*

## ENTREVISTA

### 19



**O BRASIL E SEUS VIZINHOS**  
*com Renato Flôres*

## LIVROS

### 26



**A ORIGEM DO FED**  
*por Rodrigo Constantino*

## Nesta Edição



**CLÁSSICOS LIBERAIS**  
ENTENDENDO O PROCESSO DE  
MUDANÇA ECONÔMICA



**NOTAS**  
REFORMA TRIBUTÁRIA

REALIZAÇÃO



BANCO DE IDÉIAS é uma publicação do Instituto Liberal. É permitida a reprodução de seu conteúdo editorial, desde que mencionada a fonte.

## Expediente

# banco de idéias

**Think Tank - A Revista da Livre-iniciativa**  
Ano XII - nº 46 - Mar/Abr/Mai - 2009

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arthur Chagas Diniz  
Elcio Anibal de Lucca  
Alencar Burti  
Paulo de Barros Stewart  
Jorge Gerdau Johannpeter  
Jorge Wilson Simeira Jacob  
José Humberto Pires de Araújo  
Raul Leite Luna  
Ricardo Yazbek  
Roberto Konder Bornhausen  
Romeu Chap Chap

### CONSELHO EDITORIAL

Arthur Chagas Diniz - *presidente*  
Alberto Oliva  
Aloísio Teixeira Garcia  
Antônio Carlos Porto Gonçalves  
Bruno Medeiros  
Cândido José Mendes Prunes  
Jorge Wilson Simeira Jacob  
José Luiz Carvalho  
Luiz Alberto Machado  
Nelson Lehmann da Silva  
Octavio Amorim Neto  
Roberto Fendt  
Rodrigo Constantino  
William Ling

Og Francisco Leme e  
Ubiratan Borges de Macedo  
*(in memoriam)*

### DIRETOR / EDITOR

Arthur Chagas Diniz

### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ligia Filgueiras  
RG nº 16158 DRT - Rio, RJ

### PUBLICIDADE / ASSINATURAS:

E-mail: [il-rj@dh.com.br](mailto:il-rj@dh.com.br)  
Tel: (21) 2539-1115 - r. 221

### FOTOS

Grupo Keystone, Wikipedia (capa e miolo)  
e Renato Flôres (arquivo pessoal)

### INSTITUTOS LIBERAIS

#### BRÁSILIA

SCLN 107 - Bl. B - sala 206  
70743-520 - Brasília - DF  
Telefax: (61) 3447-3149  
E-mail: [lehmannnelson@terra.com.br](mailto:lehmannnelson@terra.com.br)

#### MINAS GERAIS

E-mail: [garciaead@yahoo.com.br](mailto:garciaead@yahoo.com.br)

#### RIO DE JANEIRO

Rua Maria Eugênia, 167 - Humaitá  
22261-080 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel/Fax: (21) 2539-1115  
E-mail: [ilrj@gbl.com.br](mailto:ilrj@gbl.com.br)  
Internet: [www.institutoliberal.org.br](http://www.institutoliberal.org.br)

#### RIO GRANDE DO SUL

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 96B, conj. 107  
TECNO PUC - 90619-900 - Porto Alegre - RS  
Telefax: (51) 3332-2376  
E-mail: [il-rs@il-rs.com.br](mailto:il-rs@il-rs.com.br)  
Internet: [www.il-rs.com.br](http://www.il-rs.com.br)

#### SÃO PAULO

E-mail: [lmachado@spo.matrix.com.br](mailto:lmachado@spo.matrix.com.br)

## Leitores

Sua opinião é da maior importância para nós. Escreva para *Banco de Idéias*.

Prezado editor,

Há alguns anos esta *Banco de Idéias* publicou um excelente trabalho sobre a reforma agrária no Brasil, mostrando que se o governo tivesse investido em educação os recursos que destinou à reforma agrária provavelmente hoje o problema seria bem menor. O que pensa *Banco de Idéias* sobre a questão? Como o MST tem agido? Em benefício de quem?

**Maria Amélia D. Ramos**  
Rio Grande – RS

Prezada Maria Amélia,

Infelizmente o poder público quase nada fez em relação à reforma agrária, até porque, hoje, o que é rentável é o *agrobusiness*, ou seja, a agricultura industrial. Em relação ao MST, o movimento é cada vez mais político e menos rural. Seu principal líder é um marxista confesso, o senhor João Pedro Stedile. Os recursos com que o governo deveria financiar a educação, especialmente no campo, são utilizados politicamente para “banca” as invasões, atos terroristas e assassinatos no campo através do MST. As polícias estaduais se sentem inibidas até mesmo para realizar as reintegrações de posse de fazendas invadidas autorizadas pela justiça. Em suma, a reforma agrária vai mal e a educação no campo não melhorou nada.

Envie as suas mensagens para a rua Rua Maria Eugênia, 167 - Humaitá - Rio de Janeiro - RJ - 22261-080, ou [ilrj@gbl.com.br](mailto:ilrj@gbl.com.br).

## Editorial

**E**m meio a uma crise econômica sem precedentes nos últimos 60/70 anos, Barack Obama foi eleito o primeiro presidente negro na história dos EUA. A questão é relevante para o mundo todo, dado o peso relativo da economia norte-americana em virtualmente todos os mercados mundiais. Encomendamos a Marcus Vinícius Freitas, Professor de Direito e Relações Internacionais da FAAP, uma análise das mudanças e principais repercussões nas relações entre o Brasil e os EUA. O articulista acha que Obama fará um governo muito mais voltado para os assuntos domésticos, e mais, que sua vocação internacionalista é mais retórica e menos prática. Antevê uma novidade com a nomeação de Hillary Clinton para o Departamento de Estado, transformando-a virtualmente em uma primeira-ministra. Acha que a América Latina renderá mais oportunidades “fotográficas” e retóricas do que novas políticas efetivas, embora acredite que uma parceria entre os norte-americanos e o Brasil seria essencial para a transformação do século XXI no século das Américas.

O professor José L. Carvalho, titular de economia da Universidade Santa Úrsula, efetuou uma análise em profundidade das consequências dos desastres naturais no Brasil, fazendo uma reflexão sobre o papel do Estado nessas situações. Ele admite que muita gente enxerga na ação estatal o cumprimento de uma obrigação em relação às populações atingidas.

O que o professor questiona é que a cada obrigação corresponde uma perda de liberdade. José L. Carvalho faz uma profunda avaliação, afirmando que tanto o desenvolvimento econômico quanto o científico e o tecnológico têm reduzido substancialmente os impactos de severos eventos naturais. O autor acredita que não se deve passar ao Estado a responsabilidade de resolver o problema, a menos das chamadas ações emergenciais. Microseguro é uma inovação financeira que tem permitido a pessoas de baixa renda a proteção contra vários tipos de riscos em vários países em desenvolvimento.

Assunto controverso na educação universitária no Brasil é a instituição

do sistema de cotas. O sistema que é tido como uma ação afirmativa é explicado ao público como temporário, visando compensar certas debilidades impostas pela opressão racista ou pela desvantagem social. O autor do artigo, João Luiz Mauad, acredita que longe de redimir desigualdades o sistema de cotas somente serve para reacender preconceitos. A discriminação contra pessoas por razões de classe, gênero, cor de pele, orientação sexual e religião é inquestionável, mas ela, afirma Mauad, não será removida por atitudes oportunistas e contrárias ao Estado de Direito. A universidade não é, definitivamente, lugar para demagogia. Tratar negros, índios e pobres como se fossem menos capazes é uma grande humilhação. As reservas condenam os próprios cotistas ao vexame perante colegas e, futuramente, à discriminação no mercado de trabalho.

A entrevista concedida pelo professor Renato Flôres versou quase integralmente sobre as relações internacionais do Brasil. Flôres acredita que o Brasil agiu acertadamente ao contemporizar com a Bolívia no referente à encampação das atividades da Petrobras naquele país, bem como em não solicitar a judicialização da questão em foro estrangeiro. Flôres vê com grande benevolência o governo Lula e não acredita em continuísmo na América Latina (a entrevista foi concedida antes do plebiscito venezuelano sobre a reeleição por período indeterminado). Em relação a Barack Obama, tem uma visão semelhante à de Marcus Vinícius Freitas, não há muito o que esperar.

Na seção Livros, Rodrigo Constantino faz uma resenha de uma publicação que tem tudo para se tornar um *best seller*: *The Case Against the Fed*, de Murray Rothbard.

Completam esta edição que, de agora em diante, passa a circular em versões impressas e eletrônica simultaneamente, o Sumário do livro *Entendendo o processo de mudança econômica*, de Douglass C. North, feito por Roberto Fendt, e a 25ª edição de NOTAS sobre a Reforma Tributária. **bj**



## **Desastre natural: liberdade ou proteção? uma reflexão sobre o papel do Estado**

**José L. Carvalho**

Professor Titular de Economia da Universidade Santa Úrsula

**A**s recentes inundações que castigaram os Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro levantam questões importantes cujas respostas demandam uma profunda reflexão: qual o papel do Estado quando ocorrem fenômenos naturais que causam destruição material, ceifam vidas, deixam muitos feridos e desabrigados? Até que ponto os indivíduos em uma sociedade estão dispostos a trocar liberdade por proteção e ajuda do Estado em situações de emergência ou

calamidade pública provocada por um fenômeno natural?

Não tenho dúvida de que muitos veriam na ação estatal uma obrigação de socorrer e ajudar às populações atingidas. O sentimento de solidariedade para com os atingidos por um desastre natural é fortemente alimentado pela aleatoriedade, sob o ponto de vista individual, de tais eventos. Cada um de nós imagina que tal desastre poderia desabar sobre nossas cabeças, e nesse caso gostaríamos de receber toda ajuda possível. A sensação de

impotência em face da violência do fenômeno natural justifica a demanda de uma ação contundente do Estado em favor dos atingidos. É essa sensação de impotência que parece conduzir as pessoas a abrir mão de liberdade, atribuindo ao Estado mais essa função. Mas, como as pessoas perdem liberdade por demandarem do Estado uma ajuda que aparentemente só o governo pode oferecer? Onde está a perda de liberdade?

As coisas não são tão simples como parecem. Toda vez que atribuímos ao governo funções

por mais específicas que possam parecer, corremos dois riscos. O primeiro foi destacado por Adam Smith:

*The statesman, who should attempt to direct private people in what manner they ought to employ their capitals, would not load himself with a most unnecessary attention, but assume an authority which could safely be trusted, not only to no single person, but to no council or senate whatever, and which would nowhere be so dangerous as in the hands of a man who had folly and presumption enough to fancy himself to exercise it.* (Adam Smith, 1776, p. 423).

O segundo risco foi destacado por Frederic Bastiat, um economista do século XIX, ao nos alertar que na análise de qualquer ação humana devemos considerar, além de seus efeitos imediatos (o que se vê), os efeitos secundários (o que não se vê) que tal ação provoca. Mas, se o governo usa os recursos gerados pelos indivíduos, por que não ajudá-los em momento tão difícil? Não considero que o Estado não deva ter uma participação em situações de desastre natural, só os convido a uma reflexão sobre essa participação.

Suponha que a família Silva tenha tido sua casa, construída há 20 anos, destruída por um deslizamento de terra em decorrência de uma elevada precipitação pluviométrica, fenômeno raro na região. Por certo, a família Silva será amparada pela solidariedade de seus vizinhos, parentes e amigos. Dificilmente alguém justificaria uma ação estatal de ajuda aos Silva, fosse ela para satisfazer às necessidades imediatas da família (abrigo, alimentação, vestuário, atendimento médico, etc.) ou de recomposição de patrimônio (empréstimo subsidiado). Considere agora que a família Silva é uma entre 5.000 famílias afetadas pelo mesmo fenômeno natural. Nesse caso, dificilmente

alguém se oporia a uma ação estatal em favor das famílias flageladas pela natureza. Se considerarmos que os dois exemplos diferem apenas por sua extensão em termos do número de famílias atingidas, não há como justificar a ação do Estado no segundo caso e não no primeiro em uma sociedade onde prevaleça o Estado de Direito. Para distinguirmos um caso do outro, é indispensável levar em consideração os princípios adotados para

**“ Até que ponto os indivíduos em uma sociedade estão dispostos a trocar liberdade por proteção e ajuda do Estado em situações de emergência ou calamidade pública provocada por um fenômeno natural? ”**

a divisão do trabalho entre a sociedade civil (cidadão) e o Estado (autoridade pública).

A divisão do trabalho entre o setor privado e o setor público só pode ser entendida a partir dos princípios fundamentais que orientam a organização social. Assim, vamos considerar uma sociedade de homens livres em que seus direitos à vida, à liberdade e à propriedade são caracterizados e protegidos em um contexto de Estado de Direito.<sup>1</sup> Como as mais variadas demandas do homem não podem ser atendidas integralmente, torna-se necessária uma definição de

prioridades no atendimento das demandas possíveis. O conflito entre escassez de recursos e o atendimento das demandas do homem gera uma competição pelo uso dos recursos entre os diversos fins possíveis. Essa competição se dá pela instituição mercado livre. As decisões de natureza privada são tomadas pelos indivíduos, enquanto as decisões de natureza coletiva são tomadas pela autoridade pública (governo) por meio de um sistema político organizado em uma democracia representativa. Todas as decisões estão sujeitas à lei que deve proteger o indivíduo de qualquer concentração de poder, seja ele econômico ou político. A organização social exige ainda a concessão de monopólio da força à autoridade pública de modo a permitir que o governo exerça o poder de polícia e confisque recursos do cidadão, por meio de impostos, para que possa exercer suas funções. A Constituição deve proteger o cidadão contra o abuso desse poder de monopólio concedido ao Estado.

Sob tais princípios é possível caracterizar-se uma divisão do trabalho entre o setor privado e o setor público, de modo a preservar tanto a liberdade quanto o uso eficiente dos recursos escassos. Em um contexto de república federativa, com o município caracterizando a menor unidade política, pode-se concluir que esses princípios nos conduzem à Proposição Og Leme: *cabe à União fazer tudo aquilo que o Estado não puder fazer melhor; cabe ao Estado fazer tudo aquilo que o Município não puder fazer melhor, e cabe ao Município fazer tudo aquilo que o cidadão, individualmente ou em grupo, não puder fazer melhor.* Nessa proposição fazer melhor significa produzir o mesmo benefício a um custo de recursos menor. Mais especificamente, cabe ao Estado, por meio do governo: (i) promover e manter o

Estado de Direito por meio de leis, regulamentos e pela administração da justiça;<sup>2</sup> (ii) produzir, em certos casos, e de um modo geral, promover o financiamento de bens públicos, isto é, bens cujo consumo por parte de um indivíduo não reduz o consumo de outro (e.g., segurança nacional); (iii) promover bens com elevado grau de externalidade positiva como, por exemplo, segurança pública, educação fundamental e saúde pública.<sup>3</sup>

Sob os princípios aceitos e a proposição de divisão do trabalho entre os indivíduos e o governo, é possível desenvolver-se uma reflexão objetiva sobre as questões postas inicialmente. A ação do governo é indispensável em face da ocorrência de um desastre natural? Se a resposta for sim, que limites se pode impor à ação do governo de modo a preservar as liberdades individuais?

Eventos naturais severos ocorrem com frequência: tempestades, nevascas, ondas de frio ou de calor intensos, erupções vulcânicas, terremotos, furacões, ciclones, incêndios naturalmente provocados, estiagens e secas prolongadas, inundações, etc.<sup>4</sup> O desastre natural ocorre quando tais eventos são severos o suficiente para afetar diretamente o ser humano, impondo-lhe custos materiais, ecológicos e principalmente em termos de vidas humanas, sequelas físicas às pessoas, doenças, etc. O Centre for Research on Epidemiology of Disasters (CRED) da Universidade de Louvain, na Bélgica, é a principal fonte de referência estatística sobre desastres naturais no mundo.<sup>5</sup> Em 2006 os 427 desastres naturais registrados afetaram cerca de 142 milhões de pessoas, provocando a morte de 23.833; os 227 desastres tecnológicos relatados foram responsáveis pela morte de 9.900 pessoas, tendo afetado uma população de 172 mil pessoas. Em geral, os desastres naturais, particularmente os asso-

ciados a eventos climáticos, são os que afetam o maior número de pessoas. Alguns analistas têm atribuído ao efeito estufa um aumento no número de desastres, mas sem evidências científicas claras.

É fato que o número de desastres naturais tem aumentado. É também fato que os registros sobre tais desastres são hoje mais precisos do que no passado. Além disso, a melhor comunicação de que dispomos hoje nos coloca imediatamente em contato com o desastre, quase que nos transformando em testemunhas oculares do evento. Desse modo, mais registros e o testemunho impressionante da mídia podem ser responsáveis pelo crescimento do número de desastres naturais e pela percepção que temos de sua maior e mais frequente presença. O que na realidade sabemos é que tanto o desenvolvimento econômico quanto o desenvolvimento científico e tecnológico têm reduzido os custos dos desastres naturais. Sabemos ainda que os países mais desenvolvidos têm, mais eficientemente, conseguido reduzir os impactos de severos eventos naturais. A redução de custos ocorre tanto em termos de ativos reais quanto em termos das populações atingidas (número de mortos, de feridos, de desabrigados, riscos de epidemias), e os países menos desenvolvidos registram, relativamente aos mais ricos, menores perdas materiais medidas em unidade monetária (sendo pobres, as populações atingidas têm patrimônio de menor valor), mas maiores perdas humanas. Mais de 85% das pessoas afetadas por desastres naturais (ciclones tropicais, inundações, secas e terremotos) vivem em países de baixo desenvolvimento humano.<sup>6</sup>

A Tabela 1 (página 8) enumera para os quatro desastres naturais utilizados em relatório das Nações Unidas os cinco países que no período 1980 – 2000 regis-

traram com maior frequência (média anual) cada um dos desastres considerados. O propósito desse relatório é a construção de um índice de desastres para mais de 200 países a partir das informações sobre desastres coletadas e sistematizadas pelo CRED.<sup>7</sup> Curiosamente, em termos de vulnerabilidade no Brasil as inundações são mais importantes que as secas, cujos desastres colocam o País em quarto lugar em termos de frequência.

Os brasileiros estão sujeitos a poucos eventos naturais que possam produzir desastres.<sup>8</sup> Em 2007 foram notificados à Defesa Civil 525 desastres, sendo que cerca de 57% destes ocorreram em três estados: 123 no Rio Grande do Sul; 100 no Rio Grande do Norte e 75 no Rio de Janeiro. Com um aumento de cerca de 58% em relação ao ano anterior, o número de desastres notificados em 2008 atingiu a marca de 831, sendo que os estados mais atingidos foram: Rio Grande do Sul (146), Santa Catarina (94), Rio Grande do Norte (94), Maranhão (73), Minas Gerais (67) e Rio de Janeiro (64).

As inundações que ocorreram no Estado de Santa Catarina nos últimos meses de 2008 foram para nós, brasileiros, uma grande catástrofe. Cento e quarenta mortes, com cerca de 26% da população do Estado, localizados em 20 municípios, sendo afetados pelas inundações. Embora o número absoluto de desabrigados, oficialmente anunciado pelas autoridades do Estado, seja de 5.737, em relação ao total da população atingida, esses desabrigados representam menos de 0,4%. O flagelo atingiu mais violentamente o município de Ilhota, que contabilizou 51 mortes (36,4% do total) e cerca de 4,6% de sua população ficou desabrigada, isto é, 9% de todos os desabrigados no Estado. Note que nos referimos aos desabrigados, uma vez que o número de

## Destaque

**Tabela 1: desastres naturais selecionados para os cinco países com maior frequência (médias anuais para o período 1980 – 2000)**

País	Número médio de eventos por ano	Pessoas expostas ao evento (% da população)	Mortes (por milhão de habitantes)	Vulnerabilidade (mortes por milhão de pessoas expostas)
<b>SECA</b>				
China	0,86	2,31	0,14	6,03
Etiópia	0,57	5,52	286,24	5.189,32
Moçambique	0,43	6,58	357,06	5.422,37
Brasil	0,43	6,89	0,01	0,09
Índia	0,38	3,91	0,02	0,58
Média (19*)	0,31	6,96	84,72	1.650,48
<b>INUNDAÇÕES</b>				
China	5,57	9,16	1,32	14,36
Índia	3,86	13,33	1,55	11,62
EUA**	3,48	4,06	0,09	2,28
Indonésia	2,48	27,34	120,29	2,44
Brasil	2,19	12,33	99,33	5,43
Média (119*)	0,57	9,12	2,08	23,22
<b>TERREMOTOS</b>				
China	2,10	0,30	0,08	26,40
Indonésia	1,62	8,80	1,04	11,85
Irã	1,43	3,60	38,68	1.074,84
Japão	1,14	25,39	2,31	9,12
Afganistão	0,81	0,11	2480,00	288,10
Brasil***	0,05	0,01	0,00	3,26
Média (49*)	0,37	16,96	52,94	74,67
<b>CICLONES TROPICAIS****</b>				
EUA**	12,14	66,38	0,86	2,49
China	6,90	49,51	0,37	0,74
Filipinas	5,57	430,94	14,35	3,33
Bangladesh	3,43	116,45	64,02	54,98
Índia	2,76	42,75	1,24	2,90
Média (33*)	1,40	66,38	122,00	997,85

Fonte: Nações Unidas (2004). Notas: \*Número de países considerados no cálculo da média; \*\*Estados Unidos da América do Norte; \*\*\*Brasil, juntamente com outros 7 países, apresenta a menor frequência de ocorrência do evento; \*\*\*\*Sem ocorrência registrada no Brasil.

## Destaque

desalojados chegou próximo a 33 mil (5,6% da população do Estado), que em sua maioria contaram com a solidariedade da população não-atingida.

A solidariedade dos brasileiros para com os flagelados pelas inundações em Santa Catarina não ficou circunscrita aos parentes e vizinhos das vítimas. Segundo a Defesa Civil de Santa Catarina, até 16 de dezembro de 2008 as contribuições para o Fundo Estadual de Defesa Civil do Estado já superavam a marca de R\$26 milhões. As doações e donativos somavam um milhão de quilos de roupas, 4,3 milhões de quilos de alimentos, 2,5 milhões de litros de água, além de material de higiene pessoal e brinquedos. A solidariedade é suficiente para justificar a não-intromissão do governo em situações como essa? Aceitos os princípios enumerados anteriormente, qual o papel das autoridades públicas?

A importância dos princípios de organização social reside em não se retirar do indivíduo sua liberdade de agir e, conseqüentemente, sua responsabilidade pelas escolhas feitas, e em não prendê-lo na armadilha de ações paternalistas que emergem de medidas adotadas pelo governo com o objetivo de *proteger* o indivíduo de emergências de curto prazo. A conciliação entre a preservação da liberdade do indivíduo e a ação do governo em face de situações de emergência reside nos princípios que fundamentam a sociedade. Um desastre natural corrompe a ordem social pela destruição que causa, gerando oportunidades para que pessoas inescrupulosas pilhem e saqueiem o patrimônio alheio, completamente desprotegido pelo caos imposto pelo desastre. Restabelecer a ordem e manter a integridade das pessoas e de suas propriedades, bem como resgatar pessoas em perigo, são, sem dúvida, funções importantes do

governo em uma situação de desastre. Assim, essas ações diretas do governo imediatamente após ou durante a ocorrência de um desastre natural são compatíveis com a divisão do trabalho, acima explicitada, entre o setor privado e o setor público.

Além disso, um desastre natural gera um conjunto de externalidades negativas que requerem ações do governo, tais como: atendimento médico emergencial, vacinação da população, recolhimento de cadáveres, retirada de entulhos, abertura e reconstrução de estradas e pontes, provisão temporária de espaço para os desabrigados assim como de suas necessidades básicas, além de coordenar a distribuição dos donativos canalizados para as vítimas pela solidariedade das pessoas não afetadas pelo desastre. Há ainda, nesse contexto, uma função importante para a qual o governo tem vantagens comparativas: geração e disseminação de informações antes, durante e após o desastre.

Informações sobre eventos naturais têm duas funções. A primeira é a de permitir que o indivíduo tome decisões sobre

onde residir levando em conta a exposição a eventos naturais severos. Embora o mercado de informações climáticas exista e funcione em nível global – informações sobre futuras condições climáticas, por exemplo, em regiões produtoras de *commodities* agrícolas, são vendidas inclusive pela Internet –, informações específicas sobre fenômenos naturais severos, quando disseminadas adequadamente, provocam externalidades positivas e cumprem a segunda função importante: alertar a população para que pessoas tomem as devidas precauções a fim de que o impacto do fenômeno natural seja minimizado em termos de possíveis perdas (patrimonial e de vidas). Assim, a manutenção de um sistema de informações sistematizadas sobre áreas sujeitas a risco de ocorrência de eventos naturais severos e um sistema de alerta sobre a possibilidade de sua ocorrência se enquadram na promoção, pelo governo, de bens com elevado teor de externalidades positivas e se constituem em atividades a serem promovidas pelo governo. Somente em julho de 2008 o Brasil passou a contar



A solidariedade dos brasileiros com os flagelados em Santa Catarina não ficou circunscrita aos parentes e vizinhos das vítimas.

com o Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Sismadem), uma ferramenta de geoprocessamento para controle, recuperação, armazenamento e processamento de dados ambientais desenvolvida e operada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O sistema, que está disponível na Internet e pode ser acessado por especialistas ou não-especialistas, gera um alerta para cada situação de risco detectada e o envia aos usuários cadastrados. O estado de alerta (atenção, alerta e alerta máximo) segue os padrões de risco adotados pelas organizações de defesa civil em todo o mundo.

Embora os eventos naturais severos não possam ser evitados, situações decorrentes de fenômenos climáticos, em particular as inundações, que são os desastres mais frequentes no Brasil, podem ter seus efeitos mitigados por obras de contenção de inundações. Entretanto, o objetivo de conter inundações por meio de obras sob a responsabilidade de órgãos governamentais não tem tido muito sucesso. A principal razão para tais fracassos está justamente no fato de que a alocação de recursos e as escolhas das obras a serem executadas são decididas no âmbito político. O velho ditado *É melhor prevenir do que remediar* só é válido para decisões individuais. Sob o ponto de vista político, *É melhor remediar do que prevenir*, uma vez que as obras que evitam inundações nem sempre são aparentes para os eleitores ou por eles consideradas como importantes. Por outro lado, o flagelo imposto por uma inundação (mortes, desabrigados, destruição de patrimônio) clama por uma ação paternalista do governo, e paternalismo gera mais votos. Talvez uma evidência desse fato possa ser encontrada na sobrevivência do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) à reforma da administração federal de 1990,

quando o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) foi extinto.

Outra razão para a pouca efetividade dos órgãos públicos na prevenção de inundações reside no interesse próprio tanto dos políticos quanto da burocracia, os quais para se autopromoverem procuram aprovar obras visíveis e de impacto, tais como canalização de rios ou construção de barragens, mas que na maioria dos casos são pouco eficazes. Os pobres resultados com esse tipo de obra levaram a Inglaterra e a Holanda a adotar medidas de restrição a construções em áreas de risco (como, por exemplo, áreas marginais a rios e áreas de baixada), obtendo assim melhores resultados na prevenção de desastres decorrentes de inundações. Além disso, as intenções do governo ao criar determinadas organizações com objetivos específicos acabam corrompidas pelos interesses da burocracia, a qual, com o intuito de promover seu desenvolvimento amplia os objetivos da organização, concentrando esforços nas atividades que mais favoreçam a burocracia.

Em geral, as regiões hoje castigadas por inundações estão recorrentemente sujeitas aos fenômenos naturais que as causam. Considere o caso do Estado de Santa Catarina, para o qual há relatos de desastres provocados por inundações desde 1911. Entretanto, as informações mais sistematizadas sobre os desastres naturais no Estado só estão disponíveis a partir da década de 1980, graças ao *Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina*, elaborado pelo Grupo de Estudos de Desastres Naturais da UFSC, sob a coordenação da professora Maria Lucia de Paula Herrmann. Considerando os desastres naturais que ocorreram no Estado no período 1980 – 2004, o Atlas tem por objetivos: cartografar, conceituar e analisar os desastres naturais

relacionados às adversidades climáticas no Estado. Assim, são considerados os desastres decorrentes de inundações e deslizamentos de terra, de estiagens, de tempestades severas (vendavais, ressacas, granizo), de tornados e do furacão Catarina, fenômeno inédito no Brasil. Durante o período analisado, os desastres naturais desabrigaram 800 mil pessoas e provocaram 248 mortes. Embora não registrada no Atlas, pode-se ter uma idéia da perda de patrimônio provocada por tais desastres naturais. Segundo relatos da Defesa Civil de Santa Catarina, somente entre 2000 e 2003 os prejuízos provocados pelos desastres naturais que castigaram o Estado montavam a R\$ 1,48 bilhão.

Se os fenômenos naturais que provocam desastres são frequentes em uma região, não é de se esperar que tanto as pessoas quanto as autoridades públicas ajam de modo a minimizar seus efeitos? Como já exposto, ações preventivas por parte do governo em geral produzem poucos resultados, e acabam por estimular as pessoas que, acreditando na proteção das obras, mantêm seu domicílio em áreas de risco. Por outro lado, geração e disseminação de informação são mais eficientes. Nesse sentido, o Grupo de Estudos de Desastres Naturais da Universidade Federal de Santa Catarina tem feito sua parte, mapeando risco de desastre ou orientando didaticamente as pessoas para que elas possam identificar eventos severos que venham colocar em risco suas vidas. Duas publicações ilustram essa contribuição do setor público, específica para o Estado de Santa Catarina: Marcelino *et al.* (2006), mapeando riscos, e Kobiyama *et al.* (2006) orientando as pessoas. Juntamente com o Sismadem, esses tipos de informação, gerados e disseminados pelas autoridades públicas, além de compatíveis com uma ação do

governo que não retira liberdade do cidadão, favorecem uma contribuição do mercado, por meio da indústria de seguros, para minorar os efeitos de eventos naturais severos.

A importância do mercado, em particular da indústria de seguros, na administração *ex ante* de desastres naturais veio a ser reconhecida pelas Nações Unidas em sua Conferência Mundial sobre Redução de Risco de Desastres, realizada em 2005 em Kobe, Japão. Naquela conferência foi apresentada a Agenda Hyogo (*Hyogo Framework*), estruturada em três princípios: i) promover o desenvolvimento de instrumentos financeiros bem como de mecanismos de compartilhamento de risco, em especial por meio de seguros e resseguros, para uma melhor proteção contra desastres; ii) encorajar o estabelecimento de parcerias público-privado para que o setor privado tenha melhor participação em atividades de redução de risco de desastres; iii) desenvolver e promover alternativas e inovações financeiras para administração do risco de desastres. A Agenda Hyogo emergiu da insatisfação com a ação dos governos quando da ocorrência de desastres, tanto a assistencial (*ex post*) quanto a preventiva (*ex ante*).<sup>9</sup>

A indústria de seguros, no ano de 2007, movimentou no mundo US\$ 4,1 trilhões de dólares de vendas. A importância da indústria de seguros não reside apenas em sua capacidade de diluir riscos de modo a proteger o segurador. Como qualquer mercado, o de seguros promove informação e alocação de recursos segundo os desejos de seus proprietários.<sup>10</sup> Entretanto, dois preconceitos têm retardado o desenvolvimento do mercado de seguro na proteção contra desastres. O primeiro está associado ao sofrimento dos afetados por desastres naturais e tem justificado ações paternalistas do governo:

as perdas incorridas por indivíduos decorrentes de desastres naturais que independem de sua vontade devem ser socializadas pelo Estado. O segundo se refere à indústria de seguros: desastres naturais não podem ser cobertos por seguro devido à correlação de riscos e à seleção adversa.

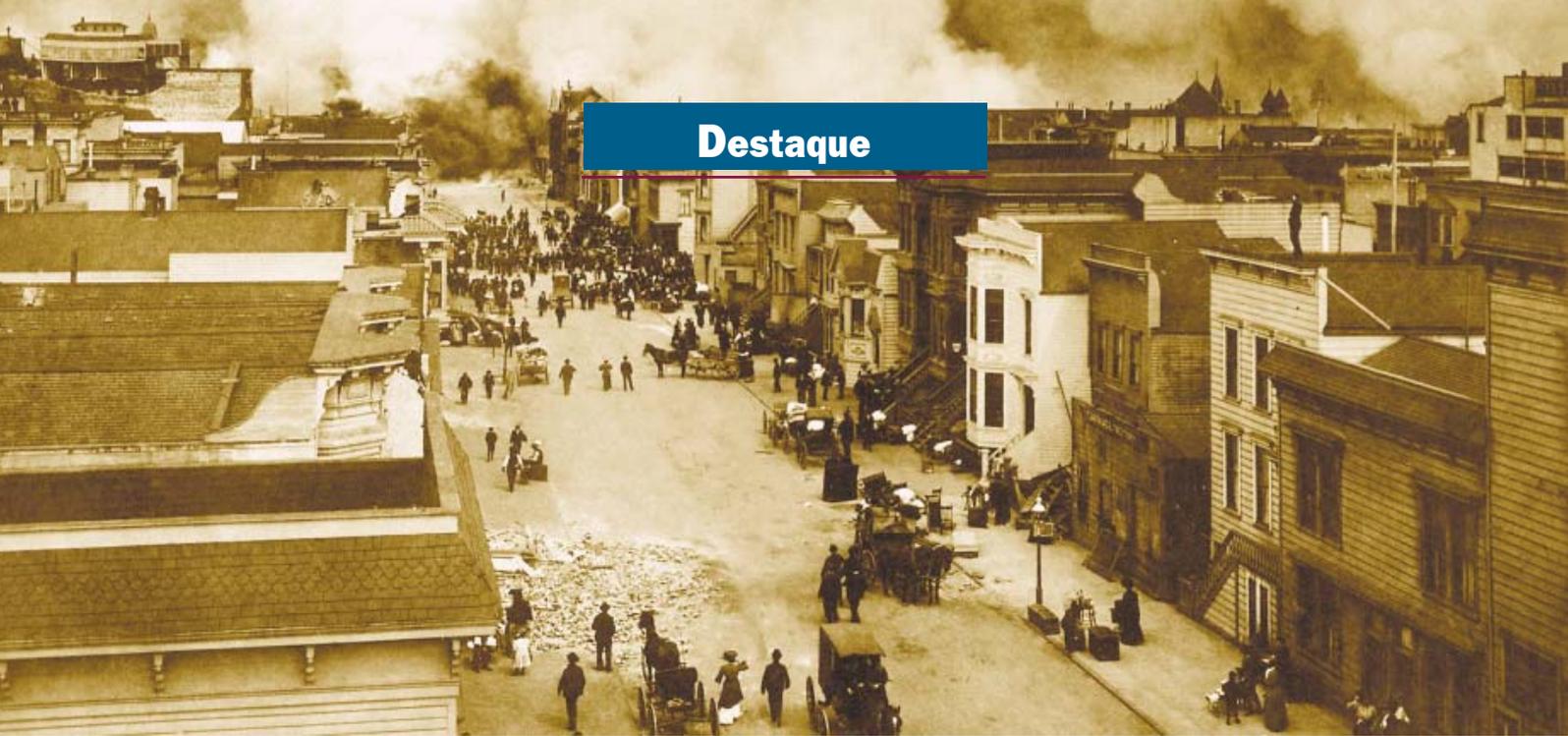
O primeiro preconceito já foi considerado ao discutirmos o papel do governo em face de situações de desastres naturais. Entretanto, é importante destacar

**“Se os fenômenos naturais que provocam desastres são frequentes em uma região, não é de se esperar que tanto as pessoas quanto as autoridades públicas ajam de modo a minimizar seus efeitos?”**

que as ações paternalistas do governo federal em situações de desastres naturais têm perenizado as possibilidades de desastres. Confiantes na ajuda federal quando da ocorrência de desastres naturais, os governos locais não agem ou, quando o fazem, suas ações são tímidas e poucos recursos são destinados à prevenção. A grande maioria dos municípios de Minas Gerais, estado recentemente castigado por inundações, não participa do Sistema Nacional de Defesa Civil por não ter organizado seu órgão municipal. Com relação às pes-

soas, a ação paternalista gera, conforme Buchanan (1975), o dilema do bom samaritano e promove problemas de risco moral, uma vez que as pessoas localizam suas residências em área de risco por estarem certas de que em uma situação de desastre elas serão amparadas pelo governo. Vejamos o argumento de falha de mercado na presença de desastres.

Segundo a Swiss Re (Swiss Reinsurance, uma companhia fundada em 1863), em 2008 cerca de 238 mil pessoas morreram em decorrência de desastres naturais ou provocados pelo homem. Esses desastres causaram uma perda de patrimônio da ordem de US\$ 225 bilhões, dos quais somente US\$ 50 bilhões (22,2% do total do patrimônio atingido) estavam cobertos por seguro de propriedade. Do patrimônio afetado por desastres e protegido por seguro somente US\$ 7 bilhões se referiam a desastres provocados pelo homem.<sup>11</sup> Embora a indústria de seguros tenha uma longa tradição de oferecer apólices de seguro contra desastres naturais, foi exatamente um desses desastres o responsável por um conjunto de inovações que possibilitou a cobertura de seguro de patrimônio para perdas decorrentes de tais eventos. Quando em 1906 ocorreu o devastador terremoto em San Francisco (CA, USA), o único seguro de patrimônio existente na região era contra incêndio. Entretanto, as apólices tinham limites muito baixos e estabeleciam condições bastante diversas. Os baixos limites levavam os demandantes de seguro contra incêndio a subscreverem várias apólices de seguradoras diferentes. Um elemento adicional de confusão e conflito estava em determinar se o incêndio do patrimônio tinha sido provocado pelo terremoto ou por causa estranha ao evento que não era contemplada na apólice.



O grande terremoto de 1906 em São Francisco, Califórnia: O incêndio se alastrando na cidade.

Em decorrência daquele terremoto, a indústria de seguros passou a investir na produção de conhecimento científico sobre abalos sísmicos de modo a prover proteção aos seus clientes. Inovações financeiras, assim como padronizações nas coberturas das apólices, abriram caminho para o desenvolvimento da indústria de seguros.<sup>12</sup>

Responder ao desafio de prover seguro contra terremotos indica claramente que o argumento da correlação de risco para justificar uma possível falha de mercado não se constitui em problema para a indústria de seguros. Tal observação é válida para todos os desastres naturais. É evidente que uma única seguradora não pode assumir o risco de um desastre natural em uma região, mas muitas seguradoras, a possibilidade de resseguro e a securitização de risco em geral permitem que os investimentos em informação sobre áreas sujeitas a eventos naturais severos possam orientar as seguradoras na oferta de apólices contra desastres naturais. A existência dessas apólices é a evidência de que o mercado não falha nesses casos. O argumento da seleção adversa implica que apenas as pessoas com elevado

risco de sofrer perdas com eventos naturais severos seriam os compradores de apólices de seguro, inviabilizando atuarialmente a oferta desse serviço de proteção contra risco. Evidentemente, a sistematização de informações sobre áreas de risco levaria as seguradoras a estabelecer um prêmio compatível com o risco. Assim, o preço da apólice incorporaria o maior risco associado à localização das pessoas e de seu patrimônio. Entretanto, residentes em uma área de risco, por meio de investimentos, poderiam reduzir seu risco específico e, por conseguinte, ter reduzido o prêmio de sua apólice. Como o preço de qualquer outro bem, o prêmio do seguro indicaria o risco específico associado ao indivíduo e a seu patrimônio, além de direcionar recursos para a redução dos impactos negativos de um desastre natural. Note que para o prêmio exercer seu papel de informar e alocar recursos é indispensável que as seguradoras possam discriminar o preço segundo o risco específico.

Embora o seguro contra desastres naturais seja ofertado no mercado, as pessoas mais pobres e, por isso mesmo, as mais expostas a esse tipo de risco

difficilmente teriam acesso a esse mercado de seguros. Seria um erro tentar resolver esse problema atribuindo ao governo o provimento de seguro subsidiado para essas populações. Nesse sentido as lições do exemplo dos EUA são fundamentais. O sistema de seguros contra inundações (National Flood Insurance Program – NFIP) criado em 1968 e mantido pelo governo federal americano não estimula qualquer ação preventiva por parte do segurado. Além disso, cerca de 50% das residências unifamiliares em áreas de risco não são cobertas por esse seguro, por decisão das famílias. As exigibilidades líquidas do NFIP em 1990 montavam a US\$ 210 bilhões, atingiram US\$ 570 bilhões em 2000 e até setembro de 2006 já ultrapassavam US\$ 1 trilhão. Esses resultados decorrem do fato de o preço da apólice não refletir o risco, e por isso o acesso ao seguro não promove ações preventivas por parte dos segurados.<sup>13</sup>

Microseguro é uma inovação financeira do mercado de seguros que tem permitido a pessoas de baixa renda acesso à proteção contra vários tipos de risco em vários países em desenvolvimento.<sup>14</sup> De particular interesse para o caso de desastres naturais

são os seguros indexados, nos quais tanto os prêmios quanto as indenizações em caso de sinistro estão atrelados a um índice que reflete o risco de ocorrência do evento natural severo. Seguros indexados foram introduzidos na Índia, em 2003, para cobrirem perdas dos agricultores decorrentes de secas ou de inundações. Microseguros e seguros indexados são duas inovações importantes que podem, em um mercado de seguros competitivo com acesso às principais resseguradoras do mundo e sob um marco regulatório que favoreça sua implantação, ser uma forma mais eficiente de proteção contra desastres naturais. Nesse contexto, a ação do governo é a de patrocinar a produção e a divulgação dos índices de risco, assim como, por meio de um marco regulatório que não inviabilize atuarialmente essas inovações, estimular a prática de seguro como proteção.

Creemos que as reflexões aqui expostas indicam que as pessoas podem e devem, por meio de suas ações, se proteger contra eventos naturais severos. A ocorrência de desastres naturais não amplia as funções do governo, que decorrem de uma eficiente divisão do trabalho entre o setor privado e o setor público. Em uma sociedade organizada, como postulado nessa reflexão, não há necessidade de se abrir mão da liberdade para se ter proteção contra desastres naturais. É fato que a sociedade brasileira está muito distante da organização social que serviu de pano de fundo para esta reflexão. É fato também que sociedades com uma organização mais próxima do paradigma aqui utilizado são as mais prósperas. Sabemos onde estamos em termos de organização social e o que isso implica para a liberdade e o bem-estar dos brasileiros. A questão é: para onde queremos ir? **bj**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NOTAS

BUCHANAN, James, *The Samaritan's Dilemma*, em Phelps, E. (ed.) **Altruism, Morality and Economic Theory**. New York: Russell Sage Foundation, 1975: 71 – 85.

HAYEK, F. A., *The Use of Knowledge in Society*. **American Economic Review** 35, (September, 1945): 519-530.

\_\_\_\_\_, **The Constitution of Liberty**. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.

HERRMANN, M. L. P. et al., **Atlas de desastres naturais do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2006.

FRIEDMAN, David **The Machinery of Freedom: Guide to a Radical Capitalism**. New York: Harper and Row, 1973.

KOBIYAMA, M.; MENDONÇA, M.; MORENO, D. A.; MARCELINO, I. P. V. O.; MARCELINO, E. V.; GONÇALVES, E. F.; BRAZETTI, L. L. P.; GOERL, R. F.; MOLLERI, G. S. F.; RUDORFF, F. M. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Curitiba: Organica Trading, 2006.

MARCELINO, Emerson Vieira, Luci Hidalgo NUNES e Masato KOBIYAMA, *Mapeamento de Risco de Desastres Naturais no Estado de Santa Catarina*. **Caminhos de Geografia**, 8 (17):72 – 84 (Fev., 2006).

MICHEL-KERJAN, Erwann O., *Disasters and Public Policy: Can Market Lessons Help Address Government Failures?* Paper presented at the 99th. National Tax Association, Boston, MA, 2008. (Forthcoming in *The National Tax Journal*: Proceedings of the Conference).

NAÇÕES UNIDAS, **Reduzindo o Risco de Desastres: Um Desafio para o Desenvolvimento**. Nova York: PNUD, 2004.

<sup>1</sup> O conceito de Estado de Direito aqui adotado é o proposto por Hayek (1978).

<sup>2</sup> No caso da administração da justiça há fortes argumentos, quanto à eficiência do sistema, contrários à ação do Estado. Historicamente a administração da justiça era mantida por tribunais privados. Ver a esse respeito Friedman (1973).

<sup>3</sup> Externalidades decorrem do fato de que em alguns casos as ações de um agente social produzem custos ou benefícios para outros agentes sem que o originário da ação pague por esses custos ou seja compensado pelos benefícios apropriados por outrem. As externalidades negativas podem ser eliminadas pela caracterização adequada dos direitos de propriedade das pessoas, pela associação

de pessoas que aderem a uma convenção de uso de um bem de propriedade comum ou por meio de uma disciplina legal.

<sup>4</sup> Além dos eventos naturais severos que podem decorrer de dinâmica interna (e.g., terremotos, vulcanismo, etc.) ou externa (e.g., tempestades, tornados, ciclones, etc.) da Terra, existem outros eventos que podem, também, impor severos custos ao homem, tais como os eventos siderais (e.g., chuva de meteoros) e eventos provocados pelo homem (e.g., incêndios, desastres tecnológicos, etc.).

<sup>5</sup> Ver site [www.cred.be](http://www.cred.be) ou [www.emdat.be](http://www.emdat.be) (Emergency Events Data Base)

<sup>6</sup> Nações Unidas (2004).

<sup>7</sup> A caracterização de um desastre pelo CRED requer a ocorrência de pelo menos uma das seguintes condições: 10 ou mais mortes; 100 pessoas afetadas; pedido de ajuda internacional e declaração de estado de emergência.

<sup>8</sup> A Defesa Civil caracteriza os desastres naturais típicos das regiões brasileiras como sendo: incêndios florestais e inundações no Norte; secas e inundações no Nordeste; incêndios florestais no Centro-Oeste; deslizamentos do terreno e inundações no Sudeste, e inundações, vendavais e granizo no Sul.

<sup>9</sup> Um exemplo de inovação financeira que permite ao governo uma forma de financiar suas atividades de assistência e de reconstrução quando da ocorrência de um desastre natural é a *GlobeCat securitisation* desenvolvida pela Swiss Re, e disponibilizada no mercado em dezembro de 2007. Esse modelo de securitização provê indenização baseada na população exposta ao evento. Evidentemente, o governo deve destinar recursos orçamentários para assistência e reconstrução, os quais serão alavancados pela securitização e pelo mercado de capitais. Para mais detalhes, ver [www.swissre.com](http://www.swissre.com).

<sup>10</sup> Ver Hayek (1945).

<sup>11</sup> Ver [www.swissre.com](http://www.swissre.com).

<sup>12</sup> Maiores detalhes podem ser obtidos em **A Shake in Insurance History – The 1906 San Francisco Earthquake** disponível em: <http://www.swissre.com/pws/research%20publications/top%20topics%20view/publications%20by%20topic.html>

<sup>13</sup> Ver Michel-Kerjan (2008)

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, [www.microfinancegateway.org/resource\\_centers/insurance/products#8](http://www.microfinancegateway.org/resource_centers/insurance/products#8).

## Uma visão liberal do fato



# O bom... o mau... e o feio

**F**oi uma boa providência do governo a redução de impostos para a venda de veículos automotores, com consequência imediata nos preços. A carga tributária sobre os veículos no Brasil é a mais alta do mundo. O cidadão americano médio ou japonês gasta uma fração do que gastam os brasileiros na aquisição de veículos.

Do total da carga tributária no país, 43% representam impostos sobre consumo, o que é uma iniquidade em relação aos que vivem com baixos salários. Já foram feitas várias tentativas parlamentares para explicitar, em todas as mercadorias, o valor dos impostos, sem qualquer sucesso. Se o brasileiro, cuja renda média é extremamente baixa, tivesse os impostos sobre consumo reduzidos à metade ele teria um enorme ganho em seu padrão de vida.

Hoje, a totalidade dos impostos corresponde a cerca de 40% do PIB. A maior parte dos impostos serve para pagar salários e aposentadorias privilegiadas de funcionários públicos.

**O** Executivo cooptou o Legislativo e o Judiciário. Processos envolvendo políticos no STF não andam. Súmula recente recomenda liberar todos aqueles que não tenham transitado em julgado. Só ficam os pobres na cadeia.

O governo federal montou uma sólida e corrupta base legislativa, entregando a vários partidos, em especial o PMDB, ministérios de "grande rentabilidade". É especialmente na contratação de obras que reside a grande corrupção que sustenta financeiramente a base aliada.

O modelo substitui o mensalão, onde uns poucos petistas, entre eles Zé Dirceu e Delúbio Soares, eram os responsáveis pela geração de propinas que abasteciam os caixas dos petistas, peemedebistas e outros deputados de siglas menos significativas. Hoje, oito senadores da base (40% do total) respondem a inquéritos ou ações penais no STF.

Embora não se tenha uma estatística clara, tudo parece indicar que essa é a base mais corrupta com que já se governou o Brasil.

**L**ulla iniciou a campanha eleitoral de Dilma Rousseff, e converteu um encontro de prefeitos no lançamento semi-oficial da candidatura da Ministra. Depois, o PT usou a presença dos prefeitos em Brasília para comemorar o aniversário da sigla, e outra vez lançou Dilma.

Até o batom de Dilma e o esmalte de unhas do presidente são pagos pelo Tesouro, muito provavelmente, através de seus cartões corporativos, assunto encerrado por Dilma com a ajuda de Erenice Guerra.

O lançamento da mãe do PAC é, antes de tudo, infringência grave à lei eleitoral, mas esta, aparentemente, não detém Lulla, que com seus 84% de aprovação acha que pode tudo.

É assustador o volume de gastos já envolvidos na campanha de Dilma, contabilizadas as despesas como inaugurações de novas e velhas obras. O procedimento de Lulla, embora compatível com seus comportamentos anteriores, deixa antever uma luta selvagem para permanecer com o caixa do Tesouro, ainda que constitucionalmente através de interposta pessoa.



## Obama e o Brasil: alguma mudança?

**Marcus Vinícius Freitas**

Professor de Direito e Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP),  
é sócio internacional do Escritório Cerqueira Leite Advogados Associados.

*“Hoje eu lhes digo que os desafios que enfrentamos são reais. São sérios e são muitos. Eles não serão resolvidos facilmente ou em um curto período de tempo. Mas saiba disso, América: eles serão resolvidos!”*

*Barack Hussein Obama*

**C**om estas palavras assumiu Barack Hussein Obama a presidência dos Estados Unidos da

América, o 44º numa linha de sucessão em que lhe antecederam alguns dos mais brilhantes estadistas nos últimos séculos.

Numa eleição marcada pela imprevisibilidade, custos elevados, guerras e uma crise financeira jamais vista, a ascensão do Presidente Barack Obama é um acontecimento ímpar na história dos Estados Unidos e do mundo. Negro, jovem, dotado de enorme

riqueza intelectual, sua ascensão também representa uma troca de gerações no comando da política norte-americana. Sem dúvida, ao buscar espelhar-se em Abraham Lincoln, que assumiu em condições muito adversas, pode-se esperar uma presidência que, de algum modo, nasceu sob enormes desafios, domésticos e internacionais, mas que, acertando na receita, também poderá deixar um

legado como poucos de seus predecessores tiveram a oportunidade de fazê-lo.

Barack Obama é um homem do seu tempo. Seu talento como estudante de Direito em Harvard, ativista social e político, além de sua percepção em conduzir uma campanha moderna utilizando todas as formas de comunicação atualmente existentes, fez com que ele, de modo combativo, derrotasse, num primeiro momento, a Senadora Hillary Rodham Clinton, tida quase que como coroada na candidatura do Partido Democrata, em razão não só do talento, mas também por ocupar o noticiário político há mais de duas décadas, seja por seu trabalho no Senado representando o Estado de Nova Iorque, seja por suas várias atividades – exitosas ou não – como Primeira Dama, durante o tempo em que o Presidente Bill Clinton estava no comando dos Estados Unidos. Depois de um enorme e incansável embate com Hillary Clinton, foi a vez, já na reta final, de vencer o renomado e combativo Senador Republicano, John McCain, do Estado do Arizona, um herói de guerra e um dos políticos mais articulados. Com a vitória, o Presidente Barack Obama, finalmente, tornou-se o centro das atenções, liderando, ainda, um período tranquilo de transição entre as “duas Casas Brancas”.

Os desafios a serem enfrentados pelo Presidente Barack Obama são enormes: duas guerras (Iraque e Afeganistão) ainda não vencidas ou sequer solucionadas, turbulências na Palestina, Índia e Paquistão, a questão nuclear do Irã, o terrorismo internacional, a maior crise financeira da história mundial, a desvalorização do dólar norte-americano como reserva de valor e – o pior de tudo – a deterioração da imagem dos Estados Unidos como bastião da

liberdade e dos mais altos valores da sociedade contemporânea, devido à exacerbação de uma postura unilateral, baseada no pressuposto da sua hegemonia absoluta no sistema internacional. Maior desafio que esses, somente os enfrentados por Abraham Lincoln durante a Guerra de Secessão, e Franklin D. Roosevelt, durante a Crise de 1929 e a II Grande Guerra, mas sem o fator da deteriorada imagem dos Estados Unidos como parte da equação.

**“Três dos membros do Gabinete do Presidente Obama vêm do Partido Republicano. Isso, porém, conforme evidenciado nas negociações iniciais com o Congresso para o Pacote Econômico, não implicará um cheque em branco para a nova administração.”**

Em razão de tamanhos desafios, criou-se uma expectativa quase messiânica em relação ao Presidente Barack Obama. Em uma das muitas propagandas eleitorais apresentadas por John McCain, ao então candidato Obama se dava jocosamente o apelido de **“The One”**, ou seja, **“O Único”** ou, como nós brasileiros diríamos: **“O Cara!”**

Obviamente que assumir a Presidência debaixo de tamanhas expectativas também será a causa de frustrações ainda maiores, não somente em razão da impossibilidade humana de atender a todas as necessidades, mas também pelo lapso de tempo

requerido para que o efeito de determinadas políticas e soluções seja sentido. O trabalho de restauração de imagem, assim como a resolução da crise financeira dos Estados Unidos, tomará, seguramente, muito mais tempo do que um ou dois mandatos.

O Governo Obama tenderá a ser um governo mais voltado aos assuntos domésticos, com uma vocação mais internacionalista na retórica e menos na prática. Em razão dos enormes desafios enfrentados pela sociedade norte-americana, a resolução de problemas históricos, assim como algumas dívidas sociais, como a questão da igualdade de direitos das minorias, acesso à saúde e seguridade social, acumulada da questão do terrorismo, certamente dominará a agenda política para assegurar, em 2012, uma possível reeleição. Além da obtenção da maioria na Câmara de Deputados e no Senado, a governabilidade interna tem sido buscada com a nomeação de membros do Partido Republicano para o Gabinete, a fim de estender um sinal de paz partidária para atingir os objetivos que tanto o país necessita. Três dos membros do Gabinete do Presidente Obama vêm do Partido Republicano. Isso, porém, conforme evidenciado nas negociações iniciais com o Congresso para o Pacote Econômico, não implicará um cheque em branco para a nova administração.

Para o fronte externo, a nomeação da arqui-rival, Hillary Clinton, sinaliza o fato de que o novo Chefe do Poder Executivo vê na Senadora Clinton um papel de **“Primeira Ministra”**, com responsabilidade primordial pela agenda externa, numa formatação de governo raramente experimentada nos Estados Unidos, com uma maior, porém ainda leve, preocupação multilateralista. O grande legado, na política externa, por certo residirá na busca



O Governo Obama tenderá a ser um governo mais voltado aos assuntos domésticos.

de uma solução efetiva para alguns conflitos que se têm provado perenes na história universal recente, antes mencionados. A agenda externa norte-americana será dominada pelos assuntos tradicionais, particularmente com foco na Ásia, que se tem transformado nos últimos anos no grande pólo exportador dos produtos consumidos pela população norte-americana e uma eventual contestadora no tabuleiro mundial do balanço de poder, com a ascensão econômica ainda maior da China (o contestador) e a Índia (o desafiador amigável).

Haverá, evidentemente, maior protecionismo em razão de o Partido Democrata ter um claro viés nesse sentido, devido à sua base eleitoral composta de eleitores advindos dos sindicatos, o que necessariamente influenciará a administração no sentido de não ser tão ativa na busca de novos e grandes acordos comerciais, com o respectivo impacto na força laboral norte-americana.

No que tange à América Latina, não se vislumbram no horizonte próximas modificações profundas na agenda da região, girando, basicamente, em torno de quatro grandes temas: i) a questão da imigração no México e na América Central; ii) a instabi-

lidade política de Venezuela, Equador e Bolívia; iii) o tráfico de drogas na Colômbia, e (iv) a energia, seja renovável ou não, no caso do Brasil. É importante ressaltar que a ascensão do Brasil como potência hegemônica regional se torna cada vez mais relevante, independentemente do alinhamento do Brasil com a Venezuela em algumas posições políticas e regionais.

Não se antevê, portanto, uma grande modificação na agenda norte-americana na região. A política dos Estados Unidos, que na maior parte do século XX oscilou entre um intervencionismo militar ou político e certa condescendência, como, por exemplo, a Aliança para o Progresso, do Presidente John Fitzgerald Kennedy, tem tratado a América Latina com relativa negligência, nas últimas décadas, particularmente neste início do século XXI.

Assim, o livre comércio, perseguido por Bill Clinton e George W. Bush, não terá um papel tão premente na agenda, e questões políticas históricas, como o caso de Cuba, permanecerão suspensas. Claro que, no caso de Cuba, até a saída da Família Castro do Poder poderão ocorrer algumas alterações no tocante à remessa de capitais ou até

mesmo a possibilidade de aumentar o turismo, porém a política do embargo não deverá sofrer grandes alterações.

O que se pode afirmar quanto à política do Presidente Barack Obama é que, no tocante à América Latina, ela deverá continuar rendendo muito mais “oportunidades fotográficas” e retórica do que políticas efetivas, o que certamente obrigará a América Latina a prosseguir baseada, quase exclusivamente, no seu próprio esforço.

No tocante ao Brasil, a questão do comércio certamente ficará um tanto travada, não tanto pelo espírito de cooperação dos países, mas principalmente pela agenda democrata, particularmente num cenário de crise econômica, em que a proteção da indústria nacional será preponderante frente a uma agenda de maior integração econômica. Diferentemente do Partido Republicano, que é mais liberal nas questões comerciais, o Partido Democrata, em razão de suas bases, não vê o livre comércio como uma política essencial. Logo, a tributação das *commodities* de maior interesse pelo Brasil não deverá sofrer grandes alterações.

Agora, é equivocado crer que a questão da tributação das

*commodities* é tema exclusivo da pauta do Poder Executivo. Trata-se de uma questão a ser batalhada nos *halls* do Congresso Americano, com uma intensa atividade de *lobby* de governo a governo e do setor privado utilizando os mecanismos existentes para influenciar a agenda legislativa do país. Recordo-me, em razão do meu trabalho na área de assuntos governamentais de uma empresa petrolífera em Washington, DC, o quão intensamente os países asiáticos se utilizavam dos serviços de empresas de *lobby* dentro daquele Congresso para buscar a implementação de suas agendas comerciais, inclusive com resultados altamente positivos, como no caso das quotas então existentes para produtos têxteis.

A agenda do Brasil com a Administração do Presidente Barack Obama certamente terá alguns elementos mais pontuais, como, por exemplo, a questão energética no segmento dos renováveis e a potencialidade do Brasil como exportador de petróleo, particularmente quando se tornar mais ampla a exploração da camada pré-sal.

Nesse caso, é mister afirmar que o pré-sal deverá alterar o *status* do Brasil no tabuleiro do balanço de poder internacional. Esses reservatórios, localizados em camada de sal entre o Espírito Santo e Santa Catarina, com aproximadamente 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura, numa profundidade de até 4 mil metros, terão enorme impacto no papel que o Brasil desempenhará no cenário internacional nos próximos anos.

O Brasil, atualmente o 8º exportador de petróleo cru para os Estados Unidos, deverá representar um elemento importante na questão da segurança energética daquele país, sendo, certamente, preferível lidar com o Brasil a enfrentar a instabilidade dos

regimes do Oriente Médio e outras partes do mundo. A cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos deverá ocorrer, primeiramente, na questão da captação dos recursos necessários para explorar a área descoberta. Prevê-se a necessidade de aproximadamente US\$ 400 bilhões para desenvolver a área de pré-sal nos próximos 10 anos, conforme cálculos apresentados pela própria Agência Nacional de Petróleo (ANP). Isso

**“O momento, ao mesmo tempo que é desafiador, é também histórico. Uma parceria renovada entre o Brasil e os Estados Unidos é, portanto, essencial para que os dois países transformem o século XXI no século das Américas.”**

se deve ao fato de que a profundidade transforma o processo numa exploração ainda cara. Esse montante, numa época de crise financeira, parece ainda maior. Também outra área em que poderemos melhorar a nossa cooperação é na questão do marco regulatório do segmento petrolífero, a fim de assegurar, tanto ao governo quanto às empresas interessadas na exploração, o sucesso do retorno financeiro do investimento.

Outra área de cooperação que deverá ocorrer, necessariamente, é a questão da segurança militar da exploração dos recursos. Por anos o Brasil tem decrescido os seus investimentos em gastos

militares. É hora de reverter esse quadro. Na hora em que começarmos a explorar esses reservatórios certamente haverá a questão da pirataria, da proteção da costa e mesmo a possível questão do terrorismo infiltrado para destruição das plataformas de exploração. Se, atualmente, tais questões não constituem uma preocupação, a partir do momento em que começar a jorrar o ouro negro em maior abundância será uma consequência natural. O reaparelhamento efetivo de nossas forças militares e o desenvolvimento de táticas antiterroristas, particularmente na questão da proteção dos recursos minerais em alto mar, serão relevantes na agenda do relacionamento com o Governo Obama.

É importante ressaltar que o impacto dessas explorações certamente afetará profundamente o nosso programa de etanol. A cooperação no sentido de buscar incrementar a questão da energia limpa e do aquecimento global é essencial para o programa do etanol, à medida que o preço do petróleo cair internacionalmente para não ser descartado ou diminuir o ritmo de desenvolvimento. Necessária será maior cooperação entre os dois governos para maximizar a pesquisa quanto à eficiência do biodiesel, do etanol e até mesmo do pré-sal, para melhor explorar tais recursos de um modo competitivo e com elevado nível de pesquisa científica.

É difícil ainda prever como será a Administração Obama. O momento, ao mesmo tempo que é desafiador, é também histórico. Uma parceria renovada entre o Brasil e os Estados Unidos é, portanto, essencial para que os dois países transformem o século XXI no século das Américas. O Brasil e os Estados Unidos têm um *rendez-vous* com a história, enfrentando e resolvendo os desafios presentes e futuros. **bj**

# O Brasil e seus vizinhos

com Renato Flôres

Professor de Economia da Escola de Pós Graduação em Economia da FGV

**Banco de Idéias:** *A aliança que o Brasil estabeleceu na América do Sul com países como a Venezuela, Equador e Bolívia tem criado problemas para o Brasil. O Sr. poderia caracterizar os custos e benefícios dessa nossa parceria com esses países?*

**Renato Flôres:** Eu acho que os problemas são inevitáveis, porque o Brasil fez alianças com sociedades que estão todas elas (Equador, Bolívia e Venezuela) em processo de transição. Já o Brasil, hoje em dia, é um país emergente, em um estágio muito diferente do dessas três sociedades. É um país que tem empresas multinacionais, com interesses em investimentos diretos estrangeiros em outros países. Obviamente, interesses maiores quanto menos desenvolvido for o outro país; possíveis investimentos diretos na Alemanha são reduzidos, mas o potencial de investimentos para nós no Equador, na Bolívia e na Venezuela é muito grande.

Acho que os custos até o momento, primeiro, eram inevitáveis, segundo, farão sempre parte do processo. Não sei o que vai acontecer com essas três sociedades. Como disse, são sociedades em transformação.

Os regimes que antecederam os atuais governantes não foram, em geral, flor que se cheire. Os atuais governantes, e aí eu particularizaria mais o caso de Hugo Chávez, que está cada vez mais dando sinais de querer uma continuidade excessiva, eu os considero como elementos também de transição. Espero que essas sociedades acabem encontrando o equilíbrio adequado a cada uma. A Bolívia precisa de um equilíbrio entre a represen-



**“ Uma coisa é Venezuela, Bolívia, Equador e Peru; outra, os seus atuais governantes. E aí, sob esse ponto de vista, eu aprovo a estratégia brasileira, ainda que em nível de detalhes se possa fazer críticas. ”**

tatividade da população indígena - que o Sr. Morales representa legitimamente, e que era uma coisa que tinha que ocorrer - e a população não-indígena, de origem espanhola e outras origens, inclusive brasileiros, que detém parte do capital do país.

Esses acertos sociais devem evoluir e encontrar o equilíbrio em algum momento. Que não vai ser nem como o passado e provavelmente nem como sob os atuais governantes. Os custos estão aí. Os benefícios, eu acho que são imensos; são países vizinhos e detentores de recursos energéticos

importantíssimos e que têm que estar do nosso lado. Uma coisa é Venezuela, Bolívia, Equador e Peru; outra, os seus atuais governantes. E aí, sob esse ponto de vista, eu aprovo a estratégia brasileira, ainda que em nível de detalhes se possa fazer críticas. Acho que é errado negar os custos, mas acho que, em termos de tendência e de opção política, é importante e válida.

**B.I.:** *Entre os custos que aparentemente a estratégia nos trouxe, a Petrobras teve as suas refinarias e reservas de gás e petróleo na Bolívia encampadas, e há dúvidas a respeito da justa indenização à Petrobras, que é propriedade dos brasileiros. Metade da Petrobras pertence a pessoas físicas e a pessoas jurídicas brasileiras. Então, mais da metade do capital votante, mas do capital não-votante a maior parte pertence não ao estado, mas ao setor privado brasileiro.*

O Sr. acha que o Brasil fez bem em temporizar e buscar uma linha de entendimento, como fez com o Equador, aparentemente de forma bem-sucedida? No caso da Bolívia, será que foi também adequado não levar a “ferro e a fogo” a mediação conforme o contrato previa, ou deveríamos ter sido mais duros, porque muitos acham que se fomos excessivamente soft com os vizinhos eles vão se aproveitar dessa condição e nós vamos acabar tendo mais custos do que benefícios?

**R.F.:** Sem dúvida, não sou favorável a uma atitude completamente franciscana. E também não queria entrar no detalhe contábil da questão boliviana.

Não tenho dados precisos, somente uma avaliação impressionista de custos e benefícios dessa questão, e acho que deve até ter havido um prejuízo para a Petrobras, como companhia.

Agora, eu queria ressaltar três pontos. O primeiro é que, no caso específico da Bolívia, temos uma moeda de barganha muito forte e a usamos decentemente. Somos os grandes compradores do gás da Bolívia. Se reduzimos as nossas compras a 50%, criamos um abalo na economia boliviana. No final do ano passado houve essa ameaça: sinalizamos para a Bolívia que temos esse poder. E a Bolívia está começando a entender um pouco toda a lógica dessa situação. Acho que o Sr. Morales, que é uma pessoa que respeito, no início quis dar uma satisfação a seus eleitores – como dizem os americanos, às suas *constituencies*. Hoje em dia, amadureceu; tem consciência de que deve continuar a dar satisfação aos seus eleitores, mas tem que cuidar de onde vêm as receitas de seu país.

Então, na situação boliviana, deixando o ponto que talvez poderíamos ter extraído um pouco mais no ajuste de contas, não acho a nossa atitude totalmente condenável, não.

Segundo, ela tem um lado positivo: é importante manter uma boa relação com a Bolívia, e mais, não deixar a Bolívia se fragmentar. Esse é um ponto que as pessoas esquecem. É fundamental o Estado boliviano ter preservada a sua unidade. E isso é do nosso interesse. Qualquer ação que desestabilize mais o frágil Estado boliviano pode ter um custo mais tarde, inclusive com interferências estrangeiras na região, muito alto.

Se a gente pensa por esse lado, até o momento a atitude do Brasil é razoável. Finalmente, há diferentes pesos e medidas no trato internacional. Se a refinaria estivesse na Alemanha – admitamos esse faz-de-conta -, e fosse subitamente encampada pelo exército

alemão, configuraria situação totalmente diversa. Economia ocidental de ponta, com grandes investimentos no Brasil, sociedade amadurecida e modelo de procedimentos internacionais, teria feito um gesto que necessitaria profundas explicações e poderia desencadear todo um outro conjunto de medidas.

No caso do Equador, como foi citado, acabou sendo, digamos, bem-sucedida a nossa reação. Porque temos a faca e o queijo, tanto em relação ao Equador quanto em relação à Bolívia. E até extrapolando um pouco, com relação à Venezuela.

Eu cito o caso da refinaria de Pernambuco. O Presidente Chávez esteve lá, com capacete de operário, com o Presidente Lula; lançaram a pedra fundamental e, até agora, a PDVSA não colocou um níquel para a construção da refinaria. Nosso governo, esse ano, decidiu unilateralmente iniciar a construção, com ou sem a PDVSA. Se a PDVSA vier a se aliar ao investimento, ótimo, senão, temos quantidade suficiente de petróleo para ser refinado lá, e o investimento continuará.

Então, um pouco de leniência, eu não sou desfavorável. Agora, um pouco de leniência, de generosidade, não quer dizer frouxidão nem uma atitude franciscana, com as quais não concordo.

**B.I.:** *O Sr. mencionou o fato de que esses países estão em transição. São sociedades de enorme complexidade. Esses países andinos têm um conflito de culturas muito acirrado. Há, de um lado, uma maioria da população que tem raízes e valores tribais, e há uma minoria de pessoas que têm uma mentalidade moderna, capitalista. Então, é natural que haja uma série de conflitos de todas as espécies não só econômicos, mas em todas as outras manifestações sociais, de toda a cultura, até a política. Nós observamos que há uma ten-*

*dência a nossa volta, que começa na Argentina, passa pela Bolívia e segue pelo Peru, vai para o Equador, do Equador pula a Colômbia, vai para a Venezuela e agora essa grande incógnita do Paraguai, de governos populistas.*

*Qual é a sua avaliação dessa fase? Isso é um evento necessário nessa transição? Porque, claro, isso é uma demanda da maior parte das populações desses países. Isso de alguma maneira nos contagiará? Qual é a sua visão sobre esse quadro?*

**R.F.:** Não creio que nos contagie, não. Eu diria a você que não estamos 100% imunes, mas aos trancos e barrancos a sociedade brasileira evoluiu. Estamos num estágio diverso daquele em que estão esses vizinhos. O estágio por que estão passando é necessário. Só para dar um pequeno exemplo: quando da independência da Bolívia foi colocado em sua Constituição que as populações indígenas tinham os mesmos direitos da população *criolla*, dos brancos, por assim dizer. E que tais direitos seriam regulamentados na aprovação dessa Constituição. Essa regulamentação nunca ocorreu. Então, esses Estados têm dívidas centenárias com porcentagens significativas de sua população.

O Equador, para dar um exemplo um pouco diferente, embora problema semelhante exista, mas não tão agudo como na Bolívia, é um país razoavelmente rico e bem dotado de recursos naturais, mas há um conflito eterno entre Quito e Guayaquil, de origens econômicas, que tem que ser solucionado com o progresso. O comércio internacional aí pode aportar uma ajuda, mediante uma enorme melhoria da infra-estrutura no país. O Equador é um país pequeno, com uma infra-estrutura de qualidade muito baixa.

São desenvolvimentos que me parecem inevitáveis. Ora, como

eles são nossos vizinhos e as nossas economias estão ligadas, porque, há que ressaltar, a começar pela Venezuela, são mercados importantíssimos para nós hoje em dia, e que, numa perspectiva de médio/longo prazos, serão parceiros fundamentais numa racionalização de uso de recursos ambientais e numa estratégia de integração energética, que em algum momento se dará, então é inevitável que parte dos *spillovers* dos custos dessa transição caia sobre nós. Vamos ter que arcar um pouco com eles.

**B.I.:** *Já que o Sr. tocou nesse aspecto do comércio internacional, a eleição do Presidente Barack Obama está provocando uma série de questões sobre mudanças. O que pode mudar em relação à atitude dos EUA com relação à América Latina e em que nós podemos nos beneficiar e não sermos prejudicados com esse novo governo Obama?*

**R.F.:** Olha, eu era simpático à vitória de Obama e continuo sendo. Espero que o novo presidente traga boas coisas e uma imagem muito positiva para a nação americana. Para o caso específico das nossas relações

com os EUA, diria que, a curto/médio prazos, nada mudará.

As razões são várias: a primeira, que é muito irônica, é que em que pese o fato de o ministro Mangabeira ter sido professor do atual presidente e que este lhe tenha respeito, e com ele mantenha uma boa relação, a química "Bush x Lula" era ótima. A pergunta que faço é: será que a química "Obama x Lula" será tão boa quanto? Não sei. Tenho dúvidas. Segundo, o presidente Obama encontrará uma agenda complexíssima. Como todos nós sabemos, a primeira parte dessa agenda é uma agenda doméstica nada fácil, pelo menos até o ano que vem. Na parte internacional ele tem problemas candentes. No Oriente Médio, na África – Zimbábue, Somália, na Europa – Rússia, Ucrânia, Geórgia. Essas potências que o presidente sinalizou que teria o interesse em uma relação mais distendida, como o Irã e a Coréia do Norte. A questão do Paquistão, de grande complexidade. A própria Índia, que teve um apoio na administração Bush, que depois se demonstrou contraditório e gerou conflitos internos no país. As relações com a China... ou seja: qual é o nosso lugar nessa agenda?

Eu não consigo nem ordená-lo. Não é o 5º, o 6º, o 7º nem o 8º. Ou seja: mudanças, não vejo nenhuma.

A secretária Hillary Clinton já declarou com relação à América Latina que vão continuar mais ou menos a política atual. Vão tentar dar algum acerto em Cuba, que já é para eles um problema menor, mas que tem coisas delicadas, porque achei infeliz, se não houve engano na notícia que li, a Sra. Clinton dizer que a questão de Cuba seria administrada pelos cubanos de Miami. Os cubanos de Miami querem vendeta, será uma má forma de conduzir a questão. Claro que eles terão que ter voz na solução, mas que conduzam o processo eu acho infeliz. E, no resto, continuará normalmente a política norte-americana.

Então, eu não vejo nenhuma mudança a curto/médio prazos nas relações entre os EUA e Brasil. Fora uma viagem simpática, uma tentativa de identificação. Porque química não se cria. Quer dizer então que o Obama vai tentar se identificar com o Lula, como sendo dois que vieram de baixo? Mas a química do Bush, que não veio de baixo como o Lula, penso, sempre será muito maior.



○ Brasil fez alianças com sociedades (como Argentina, Equador, Bolívia e Venezuela) que estão em processo de transição.

E na questão do comércio? Todos, desde o presidente até a secretária já foram claros que questões vergonhosas, embora, é claro, complexas, como o subsídio ao milho, o ridículo etanol norte-americano extraído do milho, não vão mudar. Mas é inevitável que os EUA vão ter até o ano que vem uma atitude muito mais protecionista, e como a rodada Doha não andarará em 2009, o meu conselho é que esqueçamos os EUA por um tempo, porque de lá nada virá.

**B.I.:** *Querida formular uma questão de viés político: a Argentina até hoje vive do peronismo. Quer dizer, Perón impôs uma pobreza aos argentinos na época que ele governava que moldou o país, que não conseguiu sair desse circuito. O Brasil está vivendo da era Vargas, e o Vargasismo predominou um largo tempo. Provavelmente o Chavismo na Venezuela é uma coisa duradoura, nós estamos vendo agora ele agir como um ditador. Ele proclamou um feriado na véspera e puniu as pessoas que não o cumpriram. Eu pergunto: que risco o Sr. vê num Lulismo no Brasil?*

**R.F.:** No Brasil, não vejo muito risco. Haja vista essa última arrumação do Congresso. Já é sabido que o Presidente Lula governa com o PMDB e não com o PT. Ele segura o PT e governa com o PMDB. É claro que o Presidente, um homem muito inteligente e um político de uma sagacidade extraordinária, com quem todos deveríamos aprender, lutará – o que é normal – pela sua sobrevivência de uma forma ou de outra; pessoalmente posso estar errado, mas até por uma sucessão que não seja tão ligada ao PT, para permitir uma volta dele próprio depois, que espera “triumfal”. Eu não vejo de jeito nenhum semelhanças com os atos mais criti-

cáveis do Presidente Chávez. Há uma luta pelo poder, o PT deseja continuar no poder, mas as semelhanças com o Presidente Chávez não são grandes.

Você, infelizmente, citou algo que eu não queria mencionar: a Argentina. Em 2007, fazendo previsões para 2008, eu esperava uma crise argentina nos afetar. Felizmente, isso não ocorreu em 2008. Mas, em 2009 a possi-

**“ A questão do Peronismo na Argentina é muito complexa, transcende o real. Tem essa coisa da mística peronista. Lula, ainda que carismático, não é Perón, o Brasil não tem alma argentina, e não o vejo entrando em transe semelhantes de jeito nenhum. ”**

bilidade dessa crise é maior ainda. Enquanto muita gente fala sobre o problema equatoriano, boliviano, venezuelano, eu acho que o problema na América do Sul, do nosso ponto de vista, a grande questão, é a Argentina. A Argentina está mal, eu diria, muito mal. A Argentina tem uma habilidade encantadora de sobreviver na fantasia, e por artes difíceis de serem explicadas pelas ciências normais da economia, da sociologia e da política. Mas, ela sobrevive. Entretanto, nosso vizinho, mais uma vez, está esgarçando esse fio mágico que tem a capacidade de tecer. Antevejo, infeliz-

mente, maus eventos na Argentina e, isso sim, embora estejamos mais blindados, vai nos causar problemas.

Claro que a nossa cena política é muito criticável sob vários aspectos, mas não vejo problema de Lulismo, e sim, muito temeroso, a evolução da Argentina e os impactos que isso pode nos trazer, econômica e politicamente, e sob o ponto de vista internacional.

**B.I.:** *Quando eu me referia a idéia do Lulismo eu queria me referir a idéia que, por exemplo, na Argentina, todos os candidatos são peronistas. O assistencialismo virou uma bandeira argentina. A minha pergunta é se o Lulismo, visto como assistencialismo, não vai virar uma bandeira brasileira também?*

**R.F.:** Não creio, não. Não creio, porque você tem até as declarações recentes do Ministro Mangabeira Unger criticando, e corretamente, aspectos negativos do Bolsa Família, por exemplo. Há uma consciência que tem que haver um assistencialismo na política pública brasileira e, honra se faça, esse assistencialismo o presidente Fernando Henrique já o praticou, principalmente desde o seu segundo mandato. Que o assistencialismo entre no discurso de todos os candidatos, vamos dizer assim, é inevitável. Agora, se da forma como o presidente Lula o vem praticando, aí já seria uma outra pergunta, porque tem aspectos saudáveis e outros menos. Acho que tal forma e/ou discurso não seriam generalizados. Não vejo esse risco, como nós vemos na Argentina. A questão do Peronismo na Argentina é muito complexa, transcende o real. Tem essa coisa da mística peronista. Lula, ainda que carismático, não é Perón, o Brasil não tem alma argentina, e não o vejo entrando em transe semelhantes de jeito nenhum. **bj**

# Sistema de Cotas

**João Luiz Mauad**

Administrador de empresas pela EBAP/FGV-RJ.  
Trabalha na iniciativa privada, no ramo da construção civil.

**A**s ações afirmativas são normalmente explicadas ao público como medidas temporárias, que visam a compensar certas debilidades impostas pela opressão racista ou pela desvantagem social. O problema é que o discurso não espelha a realidade em que elas, longe de redimir desigualdades, são um instrumento poderoso da divisão da sociedade em classes e de concessão de privilégios, os quais, no lugar de remediar conflitos seculares, somente servem para recrudescer preconceitos.

A discriminação contra pessoas por razões de classe, gênero, cor da pele, orientação sexual, credo religioso, etc. é absolutamente real – inquestionável. Todos os dias presenciamos com imenso pesar as suas inúmeras manifestações, graças a Deus menos ostensivas e mais encauladas hoje do que eram no passado. Porém, essa verdadeira chaga, há muito fincada na dignidade da raça humana, não será removida por atitudes hipócritas, oportunistas e contrárias ao Estado de Direito.

O alicerce do Estado de Direito nas sociedades livres está no princípio universal de que *“todos os homens são iguais por natureza e diante da lei”*, estampado no preâmbulo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1793. Nossa Constituição de 1988 acolheu esse preceito basilar em seu artigo quinto, o qual textualmente estabelece: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”* Mas os constituintes de então não pararam por aí. No Artigo 1º, nossa Lei Maior proclama ainda que *“É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si”*. Tal princípio é de tamanha relevância para o arcabouço

institucional do país que o Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, assim se referiu a ele em acórdão: *“Esse princípio – cuja observância vincula, incondicionalmente, todas as manifestações do poder público – deve ser considerado, em sua função precípua de obstar discriminações e de extinguir privilégios, sob duplo aspecto: (a) o da igualdade na lei e (b) o da igualdade perante a lei. A igualdade na lei ... constitui exigência destinada ao legislador que, no processo de sua formação, nela não poderá incluir fatores de discriminação, responsáveis pela ruptura da ordem isonômica. A igualdade perante a lei, contudo, pressupondo lei já elaborada, traduz imposição destinada aos demais poderes estatais, que, na aplicação da norma legal, não poderão subordiná-la a critérios que ensejem tratamento seletivo ou discriminatório. A eventual inobservância desse postulado pelo legislador imporá ao ato estatal por ele elaborado e produzido a eiva da inconstitucionalidade.”*<sup>1</sup>

Nos Estados Unidos, onde a famigerada ideia foi motivo de intenso debate, por decisão da Suprema Corte as cotas são proibidas desde 1978, seja em universidades ou no preenchimento de cargos públicos. Políticas de incentivo, como bolsas de estudo e financiamentos a custo reduzido, são permitidas, mas nada parecido com cotas raciais, pelo simples fato de que ferem o princípio da isonomia.

Além de manifesta e insofismavelmente inconstitucional, como se lê acima, as leis que estabelecem cotas nas universidades públicas brasileiras demonstram de forma cabal a mais total e absoluta incapacidade do Estado para o exercício de suas

funções. Como os governos, em seus diversos níveis, não conseguem prover um ensino básico de qualidade, pretende-se operar, pela via legal, a mágica de garantir o acesso às universidades públicas daqueles cuja boa educação foi obstaculizada pela incompetência do próprio Estado, independentemente do mérito ou das qualificações.

**“Definitivamente, a universidade não é lugar para demagogia. Nela só deveriam estar aqueles que realmente demonstrassem condições intelectuais para frequentá-la. Capacidade intelectual independe da cor da pele ou da condição social.”**

Essas políticas são usadas para passar a imagem de que o governo está preocupado com a questão da educação, mas passam ao largo do problema primordial da educação pública, que é a má qualidade do ensino básico e fundamental. São políticas de custo zero (almoço grátis?), que só maquiam o problema. Como as iniciativas desse tipo não produzem aumento de vagas nas universidades, no fim das contas alguns estarão sendo beneficiados à custa de outros. Os jovens brancos de classe média baixa são provavelmente os mais prejudicados.

Embora francamente inconstitucional e contraproducente, a reserva de vagas vem ganhando corpo no país. Segundo levantamento realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e publicado na revista *Veja*, 18 das 35 (cerca de 51%) universidades estaduais e 22 das 53 (cerca de 42%) das federais de todo o país já adotavam, até 2007, algum tipo de “ação afirmativa” que privilegiava negros ou indígenas por meio de cotas ou bonificações no vestibular.

Já de acordo com o portal de notícias G1, de um total de 128.368 vagas oferecidas nos últimos processos seletivos de 55 instituições federais de ensino superior, 17.708 são destinadas às cotas, o que representa 13,8% do total das vagas. Essa taxa de reserva de vagas para candidatos socialmente carentes, afrodescendentes ou indígenas, seria ainda, no entanto, bem inferior à pretensão demagógica de certos políticos, tanto que tramita no Congresso, com boas chances de ser aprovado, um projeto de lei (PL 73/99) cujo objetivo é determinar que as universidades públicas reservem nada menos que 50% das suas vagas para as ditas minorias.

Se, por um lado, o remédio das cotas deixa clara a incompetência dos governos, por outro fornece munição aos arautos da luta de classes em sua cruzada ideológica. Por trás das boas intenções, redentoras e politicamente corretas, esconde-se, na maioria das vezes, a pretensão de dividir para dominar. A excessiva regulamentação das relações sociais, não raro voltada a resolver conflitos muitas vezes inexistentes, acaba sempre gerando animosidades reais. É assim com as questões raciais, sexuais e outras oriundas da dogmática luta de classes.

De acordo com a procuradora Roberta Fragoso Kaufman, autora do livro *"Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?"*, a adoção de cotas estimula a discriminação racial e social por parte daqueles estudantes que tiveram o acesso nas universidades públicas dificultado em razão das reservas de vagas. Em recente entrevista, ela foi categórica: *"Vivemos em uma sociedade onde o preconceito não é escancarado. Os racistas têm vergonha de dizer que o são. Conseguimos superar a escravidão sem ter uma sociedade com ódio racial. Implementar a raça como fator de segregação pode acabar com esse frágil equilíbrio"*.<sup>2</sup>

É um absoluto disparate criar diferenças entre humanos baseadas na coloração da pele. Ao exigir, por exemplo, que certidões de nascimento, carteiras de identidade e outros documentos informem a "raça" de seu portador, visando a futuro benefício, como prevê o Estatuto da Igualdade Racial, se está, na prática, institucionalizando a segregação racial.

Onde quer que isso tenha sido feito antes, ainda que com fundadas justificativas e as melhores intenções, os resultados foram os piores possíveis, vide a tragédia nazista e o *apartheid* sul-africano.

Thomas Sowell, pesquisador da Universidade Stanford e, por acaso, negro, documentou em seu livro *"Ação Afirmativa ao Redor do Mundo"* o completo fracasso das políticas afirmativas em todos os países onde foram adotadas. Sowell é taxativo: *"Quando uma política pública somente pode ser defendida com mentiras e meias-verdades, há alguma coisa fundamentalmente errada com essa política. Virtualmente cada argumento em favor das ações afirmativas é*



*É um absoluto disparate criar diferenças entre humanos baseadas na coloração da pele.*

*demonstravelmente falso. Esta é a grande fraude de nossos tempos. Nenhum outro assunto esteve tão impregnado de desonestidade intelectual e sectarismo ideológico, ultimamente, que o sistema de cotas nas universidades públicas. A maioria dos defensores das ações afirmativas não é suficientemente honesta nem mesmo para admitir que estamos diante de políticas de privilégios, embora todos saibam que é exatamente disso que se trata."*<sup>3</sup>

Além de inconstitucional e contraproducente, o sistema de cotas no Brasil também é absolutamente desnecessário, ainda que implementado como medida voltada a uma suposta "isonomia racial". De acordo com dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, divulgados pela Revista Veja, em 2005 o número de negros nas universidades federais correspondia à sua participação na população brasileira, que era de aproximadamente 6%, segundo a PNAD/2005 do IBGE.

Definitivamente, a universidade não é lugar para demagogia. Nela só deveriam estar aqueles que realmente demonstrassem condições intelectuais para frequentá-la. Capacidade intelectual independe da cor da pele ou da condição social. Tratar negros, índios e pobres como se fossem menos capazes do que os demais é, acima de tudo, uma grande humilhação. As reservas de vagas condenam os próprios cotistas ao vexame perante os colegas e à inexorável futura discriminação no mercado de trabalho. **bj**

### REFERÊNCIAS

<sup>1</sup> STF, MI nº 58/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJ: 19/04/1991, Seção I, p. 4.580.

<sup>2</sup> Entrevista concedida à revista "Congresso em foco", disponível em: <http://congressoemfoco.ig.com.br/NoticiaPrint.aspx?id=22442>

<sup>3</sup> Artigo do autor, disponível em: <http://www.capmag.com/article.asp?ID=2637>.

# A origem do Fed

Resenha do livro *The Case Against the Fed*, de Murray Rothbard, Ludwig von Mises Institute - 1994.

**A** maioria das pessoas assume como certa a necessidade de existência de um banco central. Poucos questionam sobre as suas origens. O economista Murray Rothbard foi uma rara exceção. Em *The Case Against the Fed* ele conclui que o banco central americano deveria ser extinto. Em sua opinião, a própria criação do Federal Reserve foi o resultado de um poderoso cartel de bancos tentando se proteger de saques e objetivando manter a capacidade de expandir “indefinidamente” o crédito. Da simbiose entre governo e grandes banqueiros nasceria o poderoso instrumento de gerar inflação e redistribuir renda.

O aumento nos preços dos bens é uma consequência da inflação, pois a maior oferta de moeda leva a uma queda relativa no seu valor. O público não tem o poder de criar mais moeda. Somente o governo, através do banco central, tem esse poder. Qualquer um que imprimir papel-moeda em casa é acusado do crime grave de falsificação. Todos entendem que isso, se feito em grande escala, faria com que os demais sofressem perda no valor de suas rendas. Além disso, não é difícil perceber que o falsificador transfere riqueza dos outros para ele mesmo, pois quando os efeitos da maior oferta de dinheiro forem sentidos ele já se apropriou dos bens comprados.

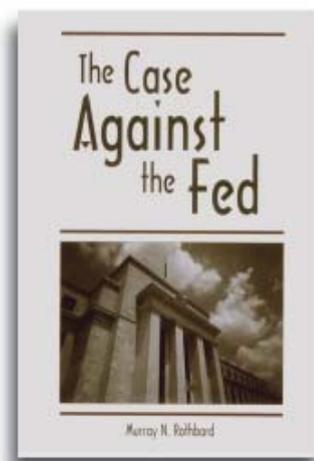
A mesma lógica se aplica quando é o governo que cria mais moeda do nada. O resultado final é a transferência de riqueza para os primeiros beneficiados com os gastos financiados com o novo papel. Logo, se a inflação crônica é causada pela contínua criação de mais moeda e se apenas o banco central tem o poder de emitir moeda, quem é o responsável pela inflação? No entanto, todos aceitam sem muita reflexão que o banco central é o vigia que vai proteger a poupança de todos contra os males

inflacionários. Para Rothbard, isso é análogo ao ladrão que começa a gritar “Pega, ladrão!” e corre apontando o dedo para os outros.

Na verdade, o governo não é o único agente capaz de criar inflação. Os bancos podem obter o mesmo resultado através do crédito. Os bancos desfrutam do poder de multiplicação monetária através do crédito sem lastro em reservas. Os bancos assumem o compromisso de pagar seus depósitos imediatamente, mas não são capazes de honrar esse compromisso com todos os depositantes. Isso seria ilegal com todos os outros bens, menos com o dinheiro. E quanto mais os bancos emprestam em cima de seus depósitos, maior o risco de uma repentina perda de confiança e uma corrida bancária. Por isso há o interesse em formar um cartel de bancos.

Juntando a fome do governo por recursos com a vontade de comer dos bancos, a criação de um banco central é o próximo passo natural. Para o governo, o banco central representa uma boa solução para financiar seus gastos e déficits através do “imposto inflacionário”, e para os bancos ele serve para remover os limites da expansão de crédito. A história mostra que a origem dos principais bancos centrais realmente esteve ligada a esses interesses. O Bank of England, por exemplo, foi criado para ajudar a financiar o grande déficit do governo com as guerras. Nos Estados Unidos, os defensores de um banco central sempre foram os herdeiros intelectuais de Hamilton, os mesmos que defendiam tarifas protecionistas e subsídios do governo para indústrias nacionais. Tinha que haver uma forma de financiar isso tudo.

O pânico de 1907 finalmente forneceu o pretexto conveniente para os defensores de um banco central. O que Rothbard mostra é que os grandes banqueiros, como



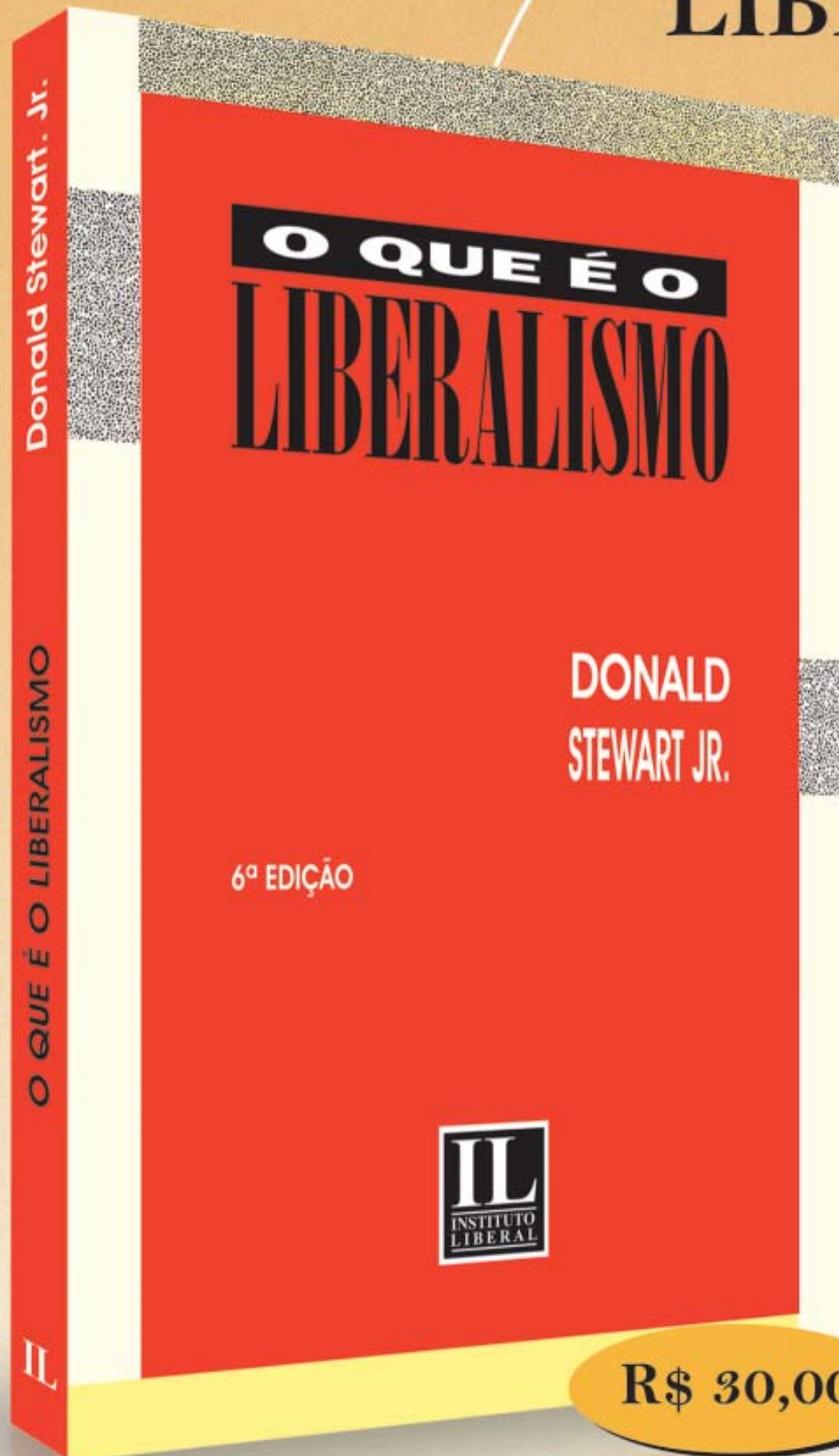
Morgan e Rockefeller, estavam por trás dessa demanda pela criação de um banco central. A crença de que os próprios banqueiros desejavam um regulador para limitar sua liberdade por puro altruísmo parece bastante ingênua. Em 1913, os banqueiros e intervencionistas venceram a disputa e o Federal Reserve System foi criado, com o monopólio da emissão de moeda e a função de emprestador de última instância. Desde então, os Estados Unidos experimentaram períodos mais intensos de inflação e depressões mais profundas do que antes.

A crise atual nada mais é do que uma consequência desse modelo. Alan Greenspan acabou se tornando um dos principais responsáveis pela inundação de liquidez que permitiu o surgimento da bolha que agora estourou. E, atualmente, Ben Bernanke assumiu o controle do poderoso “templo”, disposto a esticar ainda mais os limites do Fed para salvar os bancos insolventes. Ele conta com o entusiasmado apoio de intervencionistas como Paul Krugman e, claro, dos próprios banqueiros. Que poupador pode se sentir protegido com um vigia desses? **bj**

por **Rodrigo Constantino**, Economista e escritor, com MBA em Finanças

Desconto de 30%  
para associados do IL

# O QUE É O LIBERALISMO?



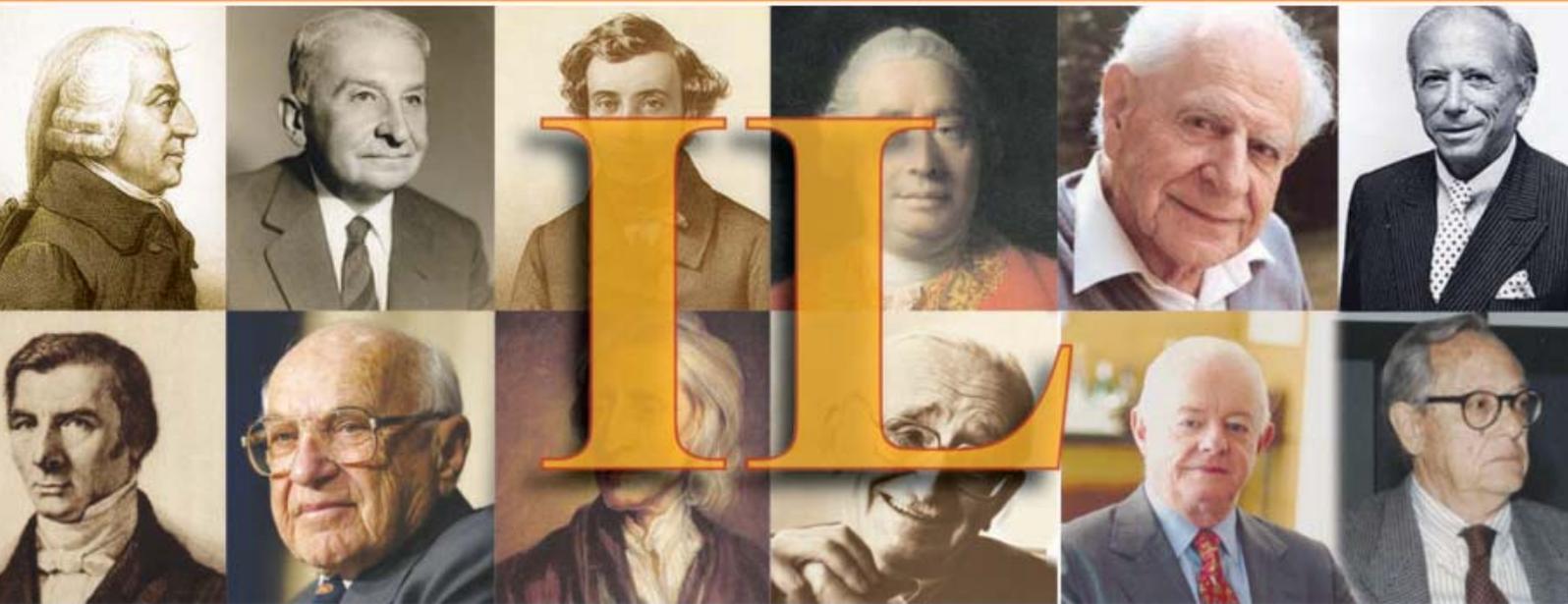
Donald Stewart, um misto bem-sucedido de empresário, intelectual e esportista, surpreso com o desconhecimento e a falta de obras em português sobre o tema, em 1988 publicou *O que é o Liberalismo*. O tempo não tirou a atualidade do livro, já em sua 6ª edição, que se tornou um clássico.

Esta obra e todos os principais livros de referência sobre Liberdade, Direito de Propriedade e Economia de Mercado estão à venda no Instituto liberal.

Consulte o nosso site ou faça-nos uma visita.

Rua Maria Eugênia, 167 - Humaitá - cep 22261-080 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel/Fax: (21) 2539-1115 - e-mail: [ilrj@gbl.com.br](mailto:ilrj@gbl.com.br)  
Internet: [www.institutoliberal.org.br](http://www.institutoliberal.org.br)





# INSTITUTO LIBERAL

Instituição dedicada à difusão de idéias liberais, à defesa da liberdade, do direito de propriedade, da democracia, do Estado de direito e da economia de mercado.

O **IL - Instituto Liberal** é uma organização não-governamental e apartidária. Nosso objetivo é difundir junto à sociedade as idéias e propostas de soluções liberais.

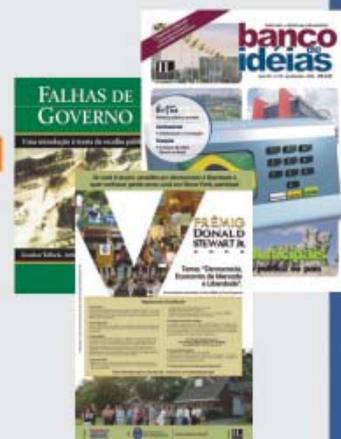
Nós advogamos o direito à vida e à propriedade privada como bens maiores. Estamos certos de que, apesar de imperfeições, o mercado é a melhor alternativa para a solução dos problemas de escassez.

Defendemos um Estado forte, mas restrito a poucas funções indispensáveis, como a segurança interna e externa e a representação do País em fóruns internacionais.

A democracia é o melhor modelo de escolha dos governantes, e a rotatividade das lideranças políticas sua melhor salvaguarda. As decisões administrativas, pertinentes ao Estado, devem ser tomadas pelo ente federativo mais próximo ao cidadão afetado. Assim, a União não deve exercer tarefas que o estado pode realizar com mais eficácia. O estado, por sua vez, deve deixar para o município tudo o que este for capaz de executar melhor. Finalmente, ao município devem caber apenas as tarefas que as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado não possam exercer.

## OS TRABALHOS DO IL SÃO CANALIZADOS DA SEGUINTE FORMA:

- Pesquisas e estudos;
- Biblioteca Ludwig von Mises;  
**Agora com catálogo on line!**
- Edição de Políticas Alternativas;
- Edição de livros;
- Revista Banco de Idéias;
- Ciclo de Palestras;
- Colóquio do Liberty Fund;
- Prêmio Donald Stewart Jr.



Para maiores informações, acesse o nosso site [www.institutoliberal.org.br](http://www.institutoliberal.org.br). Lá publicamos as atualizações dos trabalhos desenvolvidos pelo IL, além do Comentário do Dia, do Editorial e de outros artigos de interesses de nossos leitores.

O Instituto Liberal é mantido através de doações de pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Não aceitamos recursos públicos e não utilizamos incentivos fiscais. **Associe-se!**



RUA MARIA EUGÊNIA, 167 - HUMAITÁ  
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP 22261-080  
TEL.: (21) 2539-1115  
ILRJ@GBL.COM.BR  
[WWW.INSTITUTOLIBERAL.ORG.BR](http://WWW.INSTITUTOLIBERAL.ORG.BR)